Organização
Rosinalda C. da Silva Simoni
Robson Max de O. Souza
André Silva Ferreira
Paula Groehs Pfrimer O. Stumpf

Estação Cultura: Nos trilhos da Educação Patrimonial

Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Fundação Aroeira,
Goiânia,
Junho, 2018.

Estação Cultura: Nos trilhos da Educação Patrimonial
Programa de Preservação do Patrimônio
Arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Organização
Rosinalda C. Da Silva Simoni
Robson Max de O. Souza
André Silva Ferreira
Paula Groehs Pfrimer O. Stumpf

© Fundação Aroeira, Hollus Engenharia e Meio Ambiente, VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Revisão
Cristiano S. Araujo

Projeto Gráfico e Diagramação
Mauro Alves da Rocha

Fotos da pesquisa
Equipe de arqueologia, Acervo Fundação Aroeira

Fotos da capa
Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Cartografia
Saulo Ferreira de Jesus

Apresentação
Dra. Rosiclér Theodoro da Silva

Colaboradores
Prof. Dorman Augusto Fleury Filho
Weslley Moura Oliveira Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

E79 Estação Cultura: nos trilhos da Educação Patrimonial: Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste / Rosinalda, C. da Silva [et al.] (org.) – Goiânia: Fundação Aroeira, 2018.
110 p.: il. ; 22 cm.

ISBN 978-85-5760-002-7

1. Patrimônio Cultural - Proteção. 2. Antropologia. 3. Arqueologia. I. Simoni, Rosinalda C. da Silva (org.).

CDU: 719

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida por meio eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem a expressa permissão do detentor do copyright, conforme a Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
Impresso no Brasil

VALEC

VALEC- Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Valter Casimiro Silveira

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente
Handerson Cabral Ribeiro

Diretor de Engenharia
Luiz Carlos Tanezini

Diretor de Administração e Finanças
Leyvan Leite Cândido

Diretor de Operações e Participações
Marcus Expedito Felipe de Almeida

Diretor de Planejamento
Marcio Guimarães de Aquino

Superintendente de Desapropriação e Arqueologia
Rubens Narciso Pedute Dal' Molin

Gerente-Geral
Júlio Henrique Fernandes Cesar

Gerente de Arqueologia
Bruno Nogueira da Costa

Equipe
Arqueólogo Leonardo Lopes Garcia
Carolina Medeiros dos Santos
Sandra Arrelaro Duarte

CONSÓRCIO ARQUEOLOGIA LESTE OESTE

FUNDAÇÃO AROEIRA

Diretor Presidente
Monsenhor Daniel Lagni

Diretor Administrativo e Financeiro
Prof. Dorman Augusto Fleury Filho, Ms.

Secretário Executivo
Weslley Moura Oliveira Fernandes

SECRETARIA GERAL

Gerente de Secretaria/Secretária
Viviane Cintra Lagares

Recepcionista
Nádla Belga

Gerente Administrativo
Brunno Leonardo de Tolêdo

Equipe
Giana Kharly
Luís Carlos de Moura Vasconcelos

Contabilidade e Tesouraria

Gerente Contábil
Wallyson Ribeiro de Sousa

Equipe
Suellen Ribeiro Loureiro

Divisão de Projetos, Controle e Tecnologia
Ana Paula Moreira Pinto Duarte
Fabiana Dourado dos Santos
Felipe Roger Alves Glória
Francesco Palermo Neto
José Luiz Lopes Garcia Luiz
Rosiclér Theodoro da Silva
Saulo Ferreira de Jesus
Victor Alexandre Gomes de Brito
Wesley Batista Lopes

hollus
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretora Presidente
Advogada Dra. Luciana Dutra de Souza

Vice Presidente
Eng. Civil, Eletricista e de Segurança do Trabalho Janaína Franco Pratti

Diretor Administrativo e Financeiro
Economista Adalberto Antônio de Oliveira Junior

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Equipe
Administradora Cleonice Rodrigues de Moura
Administrador Rodrigo Rezende Mendonça

DIVISÃO CONTÁBIL

Equipe
Contadora e Auditora Andréia Mendes
Administradora Eloene Ester Coelho
Contadora Nádia Carollyne Ramos Paica

DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

Equipe
Msc. Eng. Agrônomo Danilo Couto
Aliny Rezende Mendonça
Bióloga Lorena Moreira Artiaga
Bióloga Msc. Genética Ana Maria Olivatti

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Equipe
Psicóloga Rosely Pereira Barbosa Pimenta

DIVISÃO SOCIAL

Equipe
Pedagoga e ENG. Civil Flaviane Dutra de Souza

EQUIPE DE REALIZAÇÃO DO PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESTAÇÃO CULTURA

Coordenação Geral
Dra. Rosicler Theodoro da Silva

Coordenação Setorial Educação Patrimonial e Histórico Cultural
Dra. Rosinalda C. da Silva Simoni

Pesquisadores
Esp. Mariza Oliveira Barbosa
Dra. Rosinalda C. da Silva Simoni
Ms. Robson Max de O. Souza
Ms. André Silva Ferreira
Ms. Paula Groehs Pfrimer O. Stumpf
Esp. Erica das Neves França
Ms. Cristiane Loriza Dantas
Ms. Fernanda Fonseca Cruvinel de Oliveira
Mestranda Ana Paula Moreira Pinto Duarte
Be. Thalita Adams Castelo Branco Aragão

INSTITUIÇÃO DE APOIO À PESQUISA:
Universidade Estadual de Santa Cruz

Diretor
Campus Soane Nazaré de Andrade,
Rodovia Jorge Amado, km 16, Bairro Salobrinho
CEP 45662-900. Ilhéus-Bahia

Reitora
Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

SUMÁRIO

Prefácio **9**

Apresentação **11**

Capítulo I: Antropologia cultural: conceitos **13**

1.1.1. O que é a Antropologia? 17
1.1.2. Fique por dentro do conceito antropológico de Cultura 18
1.1.3. Vivenciando o conceito de Cultura na Prática 19
1.1.4. Etnocentrismo, Relativismo, Diversidade e Pluralidade Cultural: conceitos úteis na construção do respeito e reconhecimento da Alteridade do outro 21
1.1.5. A Importância do conceito de Cultura para o Patrimônio Cultural 23

1.2. Antropologia da Paisagem: territórios culturais, identidades e saberes locais 26
1.2.1. O que é a Paisagem? 27
1.2.2. Paisagem e território de identidade 29
1.2.3. O que é o Patrimônio Cultural Paisagístico? 30
1.2.4. Os Patrimônios Paisagísticos encontrados ao longo da Ferrovia Oeste-Leste na Bahia 31
1.2.5. A importância de conhecer o Patrimônio Cultural Paisagístico para preservá-lo 32

Capítulo II: História Cultural: Conceitos 35

2.1.1. O que é a história? 38
2.1.2. Os objetos da história 38
2.2.1. Memória 41
2.2.2. Os lugares por onde passei 43

Capítulo III: Educação Patrimonial: O que é mesmo? 49

3.1.1. E nosso Patrimônio, onde está? 54
3.1.2. A função social da Educação Patrimonial 56

Capítulo IV: Arqueologia: Conceitos 61

4.1. O trabalho do arqueólogo 66
4.2. Sitios arqueológicos 68
4.3. Arqueologia histórica 73
4.4. As leis que regem o Patrimônio Arqueológico 75

Capítulo V: Estação Cultura e sua Aplicabilidade 79

5.1. Estação Cultura 81
5.2. A Aplicabilidade 87

6. Conclusão 97

7. Glossário 99

8. Referências Bibliográficas 103

PREFÁCIO

Alguns aspectos da cultura humana me fascinam.

Impressionante notar como o aprofundamento da ciência obriga constantemente a rever dogmas sedimentados, ensejando conclusões diametralmente opostas.

Recente exemplo vivenciamos no culto à especialização científica como única forma de avançarmos enquanto sociedade.

Em contraposição, ergue-se recentemente a tese de uma visão mais holística e generalista representada pela ciência ecológica, segundo a qual necessário se faz considerar os efeitos colaterais de todas ações programadas.

Trata-se do reconhecimento de que, em nosso universo, inexistem ocorrências sem efeitos e que deve, sistematicamente, ser buscada uma linha de ação harmônica e que guarde coerência com o contorno afetado.

Em decorrência, percebe-se a importância de uma evolução homogênea na sociedade, que propicie o desenvolvimento sustentável, determinando a real importância das atividades arqueológicas para formação de uma cultura humana.

Prestamos aqui nossa pequena colaboração para que futuras gerações possam ir muito além de nossos restritos conhecimentos.

Superintendência de Desapropriação
e Arqueologia - VALEC

APRESENTAÇÃO

Dra. Rosiclér Theodoro da Silva[1]

É com enorme satisfação que, como atual Coordenadora Geral do Projeto Levantamento, Salvamento e Monitoramento da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Figueirópolis (TO) / Ilhéus (BA) – Projeto Arqueologia FIOL, administrado pelo Consórcio Arqueologia, e financiado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, cuja função é a construção e exploração da infraestrutura ferroviária, sendo a FIOL uma das principais, apresento este livro à sociedade científica, aos professores, às secretarias estaduais e municipais de educação, às escolas, aos professores participantes, aos empreendedores e à comunidade em geral.

Este livro é fruto de um árduo trabalho desenvolvido pela equipe interdisciplinar de Educação Patrimonial do Projeto Arqueologia FIOL, no desenvolvimento do projeto Estação Cultura: nos trilhos da Educação Patrimonial. Neste livro a equipe busca não somente apresentar algumas das ações e práticas desenvolvidas como também reforçar os conhecimentos e conteúdos ministrados nos cursos de capacitação de professores dos municípios relacionados ao empreendimento no Estado da Bahia.

Para atender a um público tão diversificado, o projeto Estação Cultura se utilizou de critérios de socialização, participação e divulgação, pois buscou alcançar os professores da rede de educação pública, gentilmente dispensados por suas instituições para participar das atividades, e o público em geral, composto por alunos e cidadãos dos municípios sedes dos eventos.

---

[1] Possui graduação em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1985), mestrado em História, área de concentração em Pré-História Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Atualmente é professora adjunto I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Gestão e Manejo do Patrimônio Cultural.

[2] Este projeto esteve sob a Coordenação Geral inicial da Profª Dra. Rute de Lima Pontim no período de 2010 a meados de 2012, quando o projeto foi totalmente paralisado, cabendo a mim neste período a Coordenação Setorial de Campo e Laboratório. Quando da retomada do projeto em maio de 2014, a Coordenação Geral foi repassada a mim, permanecendo até o momento nesta atribuição e responsabilidade.

Abordar conceitos e definições complexos e amplamente discutidos na academia, não foi uma tarefa fácil. Colocá-los em uma linguagem acessível e compreensível, porém não deixando de lado o rigor científico, foi um prazeroso trabalho em equipe interdisciplinar. Também prazerosa foi a satisfação em compartilhar e devolver a todos os participantes envolvidos, e à comunidade, um pouco do que foi também apreendido, isto foi um compromisso assumido por todo o grupo e coordenação do Projeto Arqueologia FIOL.

Das oficinas de convivência resultou, em alguns casos, um olhar diferente sobre os objetos, uma reflexão das memórias, dos saberes, dos fazeres, enfim, de todos os elementos que compõem o patrimônio cultural, como também do patrimônio cultural nacional. Este, composto por bens tangíveis e intangíveis e amplamente protegido pela legislação federal, estadual e municipal, se não for reconhecido, redescoberto e retransmitido para as gerações futuras, muitas destas memórias, dos vestígios culturais de populações pré-históricas, e históricas, poderão ser relegados e permanentemente esquecidos.

É exatamente o oposto disso que nos propusemos a fazer e realizar ao longo dos dois anos de efetiva execução do Projeto Arqueologia FIOL.

Rosiclér Theodoro da Silva
Coordenadora Geral
Projeto Levantamento, Salvamento e Monitoramento da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Figueirópolis (TO)/Ilhéus (BA)
Consórcio Arqueologia

CAPÍTULO I:
ANTROPOLOGIA CULTURAL: CONCEITOS



Foto 1 – Potes de Cerâmica, Arraias. Foto: Acervo C.A.L.O - FIOL.

Ms. Robson Max de O. Souza[3]
Ms. André Silva Ferreira[4]

Iniciando a nossa conversa...

Crescemos ouvindo histórias, vendo danças, jeitos de fazer, de pensar, de falar. Escutamos músicas antigas e novas, aprendemos receitas de muitas coisas, brinquedos e jeitos de brincar, lemos livros de estórias e de história. Vamos aprendendo que têm as pessoas, as coisas boas, assim como as coisas e pessoas más. Geralmente pensamos que do nosso lado estão as boas. Mas vamos percebendo que a vida real não é assim tão dividida, e que dependendo do contexto, e do pensamento de um ou de outro, uma mesma coisa pode ser boa ou não, bonita ou não, certa ou não.

Quem nos guia nessa construção de ideias a respeito do mundo e de coisas é o nosso grupo, formado pela nossa cultura. Cada grupo humano desenvolve seus próprios conceitos e valores. Cada grupo então constitui o seu patrimônio cultural: o conjunto de bens materiais e imateriais, os modos de saber e fazer, suas memórias e histórias, que são considerados valiosos para a sobrevivência e a manutenção das características e tradições deste grupo. Isso também chamamos identidade. Esse patrimônio e essas memórias nos ajudam a construir nossa identidade desde o início, e ao longo de nossas vidas.

Há muito tempo nós nos ocupamos e preocupamos em entender e explicar a nossa existência, nossa origem, seja enquanto indivíduo ou enquanto grupo, nos seus mais variados aspectos social, econômico, político, religioso, cultural e outros. Nessa curiosa busca para entender descobrimo-nos como seres humanos com uma das mais belas capacidades e faculdades: a capacidade de criar e recriar nossos hábitos, costumes, posturas, crenças, valores,

[3] Graduado em Antropologia pela PUC Goiás, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás, Arte Educador, Pesquisador de Religiões Afro Brasileiras. Áreas de atuação Antropologia e Arqueologia Pública com ênfase em Educação Patrimonial, e Religiões Africanas.
[4] Mestre em Antropologia Social (UFG), Graduado em Antropologia na PUC Goiás em 2010.

espaços, lugares e territórios por meio de processos constantes e diários ao longo de nossa existência no tempo e no espaço. A estas criações vividas, ritualizadas e significadas dia após dia, de forma individual e coletiva, nós denominamos de cultura.



Foto 2 – Formas pelas quais se manifestam a cultura e a identidade dos grupos. Foto: Acervo C.A.L.O. - FIOL

A cultura é o que nos caracteriza e qualifica como seres humanos e, por meio dela, realizamos a transformação da natureza "dada", atribuindo-lhe significados. Esta ação é fruto de um processo social de criação que oferece ao ser humano a consciência – o saber que sabe. Por meio de sua relação com o mundo e com a natureza, ele cria então o mundo da cultura. Com esse processo ele tem a consciência necessária para criar, ou transformar o mundo, deslocando-o do reino da natureza para o da cultura, passando então a ser sujeito, pelo mundo da cultura.

Convidamos você para viajar conosco nas narrativas desenhadas ao longo dos trilhos da Educação Patrimonial, pautados num diálogo interdisciplinar entre a antropologia cultural, a arqueologia, a história e a geografia, desenvolvido durante o trabalho de criação da ferrovia Oeste-Leste no estado da Bahia, tendo como eixo central a educação para o patrimônio.

1.1.1 - O que é a Antropologia?

A Antropologia é uma área do conhecimento, uma ciência social que estuda o ser humano por meio de suas manifestações culturais em sociedade. A origem vem do grego *anthropos* (homem) e *logos* (estudo). A Antropologia como ciência, pode ser definida de maneira simples, como a ciência que estuda o homem, diríamos melhor, a humanidade, por meio de suas manifestações culturais, simbólicas, linguísticas, crenças, hábitos e tradições. A antropologia é o estudo do homem, mas esse homem é compreendido como um ser social e cultural.

Atualmente são vários os campos e áreas de atuação de pesquisa da antropologia tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos. Ela aborda desde as manifestações religiosas, as formas de sociabilidades, as festividades religiosas e as "culturas populares", as comidas típicas, o patrimônio cultural, enfim, tendo como principal categoria e ponto de análise o conceito de cultura. A cultura é o elemento chave no fazer antropológico, sendo ele um conceito próprio dessa ciência, como nos afirma o antropólogo Roque de Barros Laraia (1988).

Assim como toda ciência que produz conhecimento, reflexão e discussão lança mão de um método de análise, a antropologia possui também sua metodologia: a etnografia, que consiste "no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) [...] observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhes apresenta" (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2). A observação participante, ou a pesquisa de campo, é a base para a construção do fazer e do saber antropológico, e se realiza por meio da interação e participação do pesquisador nos rituais, nas festas, cerimônias e demais manifestações culturais de um grupo.

A cultura é o conceito por meio do qual o antropólogo procura afinar o seu olhar para entender os sujeitos pesquisados. Nos tópicos a seguir iremos conversar um pouco sobre as principais ideias da antropologia e sua importância para a sociedade. Os conceitos a serem aqui tratados estarão sempre relacionados às questões do Patrimônio Cultural e serão abordados por meio de um viés interdisciplinar com a antropologia, a arqueologia, a história e a geografia em uma discussão de construção, desconstrução e reconstrução a partir do programa de Educação Patrimonial da Ferrovia Oeste-Leste no estado da Bahia.

1.1.2 - Por dentro do conceito antropológico de Cultura

A cultura, principal criação humana, pode ser definida e classificada como sendo todas as formas de saberes e fazeres construídos socialmente e que servem como referências que dão sentido à vida, orientando a visão de mundo dos indivíduos e grupos por meios dos chamados marcadores sociais que os identificam, situam e delimitam em seus respectivos lugares através das semelhanças e das diferenças.

A cultura é a mais rica expressão de um povo, constituindo-se no seu principal patrimônio. Ela é a porta pela qual todos nós conseguimos adentrar, compreender e participar de um grupo social, por que é seu principal elemento formador. Ela produz e é produzida por elementos como instrumentos, linguagens, símbolos, normas e códigos sociais. Cultura é patrimônio, e patrimônio é cultura, por que são resultados do trabalho do ser humano como indivíduo criador e ressignificador das coisas. Mas as relações entre os humanos e a natureza, e entre si, não são apenas sociais e culturais, são também históricas. Segundo Carlos R. Brandão (1984), elas "se constroem na história, no interior de seu processo, porque constroem a própria história que não é mais do que o trabalho humano de fazer a cultura". História então é a passagem do mundo natural em mundo humano. É a transformação da natureza pela execução das buscas e esforços da pessoa humana. Uma pedra não é mais apenas uma pedra, e uma casa, não é apenas um abrigo.



Foto 3 – As Feiras e os rio: lugares de sociabilidades, Feira do Artesanato em Ilhéus e as lavandeiras do São Francisco, Serra do Ramalho. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

O conceito de cultura tem ganhado ao longo dos tempos vários sentidos e significados sempre relacionados com as características próprias do pensamento da época. *Grosso modo*, podemos definir o conceito de cultura como toda a capacidade de criação e elaboração material e imaterial do ser humano.

Nesse sentido, todas as sociedades humanas, e logicamente, todos os seres humanos produzem cultura. Diante dessa ideia de que todos os grupos têm cultura, podemos dizer que a "a cultura é composta por sistemas estruturais, seu maior representante, o pensamento humano, age de acordo com princípios universais e com regras inconscientes que estruturam as culturas" (LEITÃO; DIAS, 2014, p.7).

Porém, antes da cultura ser um sistema estrutural, ou uma forma abstrata, ela é uma manifestação prática composta pelas narrativas dos mitos, dos ritos, dos símbolos, dos contos e das histórias individuais e coletivas, que por sua vez podem ser lidos e interpretados como um texto (GEERTZ, 2004). A cultura pensada como um texto narrativo consiste na verdade, na ideia de ler, entender e ter consciência da nossa própria história.

A cultura é dinâmica, ou seja, ela muda conforme as transformações e as mudanças que ocorrem com o passar dos anos (LARAIA, 1988), no entanto, as mudanças que ocorrem, carregam e conservam sempre em si elementos das tradições passadas. Dizendo de outro modo, por mais que a cultura mude vai sempre carregar consigo os modos, saberes e fazeres das gerações anteriores.

A nossa Constituição Federal de 1988 define o conceito de cultura como sendo "o conjunto das ações por meio das quais os povos e grupos expressam suas "formas de criar, fazer e viver" (Constituição Federal de 1988, art. 216). Essa definição de cultura nos traz uma discussão ampla sobre esse conceito. Por outro lado, ela nos garante o direito a ter acesso e a viver plenamente a cultura enquanto cidadãos. Mas como podemos ter acesso e viver plenamente esse direito garantido na nossa constituição? Essa é a conversa que vamos fazer a seguir.

1.1.3 - Vivenciando o Conceito de Cultura na Prática

Muitas vezes ao falarmos em cultura sempre lembramos das grandes festas de comemoração das datas cívicas e aniversário da cidade, festas que nos remetem às lutas históricas do país, grandes festivais de músicas populares, cerimônias e festas religiosas dos santos e padroeiros das cidades, entre outras manifestações culturais de relevância local, e mesmo nacional, realizadas com muita pompa e em grande estilo. Sem dúvida isso faz parte da cultura, isso é cultura, no entanto a cultura é muito mais ampla e engloba aspectos que nem sempre estão nos grandes centros, ou nas cerimônias, e datas comemorativas do calendário da cidade.

Para entendermos um pouco mais sobre a amplitude do que vem a ser a cultura, devemos primeiramente compreender que todos somos seres

culturais, que criamos, vivenciamos e que a todo momento estamos participando da mesma, pois sem ela não existiríamos. Devemos ainda compreender que todos nós participamos de formas diferentes da própria cultura enquanto indivíduos, sejamos nós crianças, jovens, adultos, velhos, mulheres ou homens. Se pararmos para pensar um pouco, veremos que em determinados momentos da vida nós somos submetidos e orientados a participar de alguns rituais. Há momentos da vida em que somos orientados e condicionados a brincar, a ir à escola, por exemplo, depois quando começamos a ficar adultos começamos a nos interessar por determinados tipos de música, namorar, ir ao teatro, escolhemos a companhia de algumas pessoas e lugares diferentes. Há outros períodos que nos são cobradas certas responsabilidades, temos que entrar no mercado de trabalho e até cobram que a gente case e constitua família. Todos esses movimentos e ações são orientações que seguem determinados padrões culturais e que nos conduzem a viver dentro de certas possibilidades e de um universo cultural já construído e determinado pelas gerações anteriores.

Conforme nos vemos dentro do universo cultural do grupo ao qual pertencemos, participamos deste universo de formas diferentes com maior ou menor intensidade que outras pessoas. Isso é decorrente da nossa condição enquanto sujeitos. Em algumas culturas, e mesmo na nossa, há momentos em que apenas algumas pessoas podem participar de determinados rituais. Isso acontece em determinadas festas religiosas, por exemplo, em que somente podem participar adultos, e há outras que são voltadas para as crianças. Do mesmo modo, se olharmos pelo viés de gênero, veremos que há momentos e rituais que as mulheres não participam, sendo somente permitido aos homens, já em outros, só elas podem participar. Uma situação que ilustra bem isso é, por exemplo, o ofício de ceramistas, um saber-fazer que algumas mulheres exercem até hoje em alguns lugares da Bahia. Outro exemplo são as mulheres parteiras, que com suas práticas de cuidado, saúde e cura realizam esse ofício há muitos e muitos anos. Este conhecimento é passado de geração à geração pelas mulheres mais velhas para as mais novas, geralmente do mesmo núcleo familiar.

Olhando dessa maneira para o conceito de cultura, podemos então afirmar que cultura é tudo que nós seres humanos fazemos no nosso dia a dia. Desde o momento em que levantamos, e que alguém se "benze com o sinal da cruz", tomamos nosso café com cuscuz ou com mandioca, damos bom dia para o vendedor do mercadinho da esquina, jogamos bolinha de gude na rua, uma "pelada" de "golzinho" na rua de baixo, vamos à igreja rezar, tomamos banho de rio ou riacho, pescamos, lavamos louças e roupas nos rios, e tantas outras coisas; todas essas ações que realizamos estão

impregnadas de nossas visões de mundo, da nossa tradição, dos hábitos e costumes, da nossa cultura.

Partindo desse entendimento em nossa conversa, a cultura não é algo abstrato que está apenas no campo das ideias, ela é concreta. Mais que isso, é vivencial e processual, onde os indivíduos a experienciam conforme suas condições, suas limitações e possibilidades. Quando falamos em viver a cultura, devemos ter sempre em mente que é viver a nossa realidade social e cultural local, com todas as complexidades, contradições e disputas, mas também com todos os momentos de confraternização, celebração, harmonia e construção coletiva.

1.1.4 - Etnocentrismo, Relativismo, Diversidade e Pluralidade Cultural: conceitos úteis na construção do respeito e reconhecimento da Alteridade do outro.

A humanidade é pluriétnica e multicultural. Esta característica a torna mais rica e bela. No entanto, entender-nos enquanto sujeitos sociais constituídos e formados a partir dessa diversidade cultural, seja no senso comum, ou mesmo nas pesquisas acadêmicas, não é uma tarefa simples, pois "escolher um arcabouço teórico e uma metodologia capaz de responder a uma demanda de conhecimentos produzidos no tempo e no espaço [...] não é uma tarefa fácil" (FELÍCIO, 2006, p.25). Concordando com Felício, não é fácil no mundo e num contexto globalizado no qual vivemos, o entendimento de que somos sujeitos sociais dentro de uma diversidade cultural. Compreender isso é uma necessidade ética e humanitária para a construção e promoção do respeito ao outro, ao diferente. Essa atitude nós podemos conseguir conforme nos mostra Brandão (1989) por meio de uma "vocação holística", pela qual a antropologia procurou ampliar suas visões de mundo na tentativa de compreensão e respeito à alteridade (o outro) – o diálogo entre o universal e o local.

O etnocentrismo cultural é uma prática que historicamente ocorre desde os primórdios da humanidade. Ele pode ser entendido como sendo uma visão de mundo na qual os grupos humanos tendem a colocar a sua cultura como sendo superiores às demais, ou seja, um determinado grupo humano julga os demais grupos humanos a partir de seus valores, suas crenças, seus costumes, sua cultura (ROCHA, 1984). No século XV ele foi propagado e difundido por meio do pensamento, das ideias e das práticas de colonização das sociedades europeias. Até hoje, ocorrem fatos e situações em que o etnocentrismo é colocado em prática. Isso pode ser visto, por exemplo, em piadas e brincadeiras jocosas referindo-se às questões regionais, étnicas ou religiosas

do tipo: "nordestinos são preguiçosos, negros tem juízo até meio dia", entre outras expressões.

A discussão em torno do conceito de etnocentrismo nos traz a discussão sobre outro conceito: o relativismo cultural. Este conceito surge a partir das discussões históricas e antropológicas e veio como contraposição ao primeiro. Ele surge em meados do século XX e é atribuído ao antropólogo Franz Boas, e tem como ponto central a ideia e a convicção de que todos os grupos humanos produzem cultura e que as mesmas devem ser estudadas, e entendidas dentro de seu próprio contexto cultural (DA MATTA, 2000). Essa discussão veio ajudar a antropologia a pensar na promoção e construção de reflexões críticas a respeito da valorização e do respeito às diferenças. E como podemos perceber isso na prática?

Quando achamos que nossa cultura é "a" cultura, desenvolvemos um sentimento de etnocentrismo, e daí os seus produtos: racismo, xenofobia e outras discriminações. Ao exercitamos no nosso dia a dia o princípio relativizador admitimos a existência de outras formas de organização, padrões culturais e sociais, ou seja, professamos a diversidade cultural. Com isso nos deparamos ao mesmo tempo com o reconhecimento da alteridade e da diferença que tem como eixo norteador o pressuposto de que todo ser humano é um indivíduo - único. Porém, o mesmo só se reconhece enquanto ser mediante a sua relação com o outro e com o coletivo, com a comunidade. Pensando assim, nós podemos afirmar que só existimos nessa relação de uns para com os outros. Se fizermos o movimento saudável de procurar entender o outro em sua diversidade e respeitá-lo, ganhamos o mundo, reconhecendo o direito de todos serem como são.

Chegamos assim à noção de identidade. Reconhecer que somos seres únicos, que temos nossas características pessoais, e que pertencemos a um grupo, a uma determinada cultura, nos faz perceber enquanto indivíduos e nos situa no mundo, reconhecendo-nos como sujeitos da nossa história. Essa identidade é construída com base no conjunto de crenças, valores, visões de mundo, saberes e fazeres escolhidos, instituídos, transmitidos, e preservados pela cultura. Nesse sentido, a nossa identidade é criada por nossa consciência das semelhanças e das diferenças entre nós e os outros, e sobre o que nos caracteriza e identifica. Através das diferenças, vamos aprendendo a saber quem somos, de maneira mais ou menos consciente. Somos a ponta, mas o processo acontece igualmente com os grupos sociais. Daí desenvolvemos nossas ideias de pertencimento a uma cultura que nos une.

A construção das identidades passa por aí – pelo mundo das formas. Só contando com as formas que a nossa subjetividade pode obter repouso e

conforto. Por elas podemos vivenciar o que pensamos, sonhamos e tecemos nas redes do imaginário. As materialidades dão suporte ao nosso devaneio existencial e espanto filosófico diante do universo e do mundo. Por ela suportamos o absoluto das possibilidades do universo.

Todos os grupos humanos fazem esse caminho descrito acima. Cada sociedade, solitariamente e coletivamente, selecionou, nominou, pensou, significou e instituiu seu próprio universo. Através das relações e da educação, as sociedades ensinam e aprendem aquilo que pensam ser elas mesmas, e o que pensam não serem elas, o que acham certo e o que acham errado. Suas formas de agir, operar, conduzir, saber e ensinar o que seria a sua identidade, o seu *ethos*. O Ethos pode ser entendido como o conjunto de maneiras de ser, que a torna única, singular e ao mesmo tempo semelhante, unindo os integrantes de um grupo ou sociedade.

Em síntese, o relativismo cultural rompe com um padrão de pensamento nas análises e pesquisas antropológicas. Nosso intuito, nesse sentido, é o de promover por meio da construção de novos saberes, discussão e criação de novos conceitos, da descoberta de novas realidades e de novas formas de organização social e cultural, o respeito à alteridade, ao "outro", o respeito à diversidade e à pluralidade cultural. Assim entendemos que o patrimônio pode muito bem servir como um instrumento nesse processo uma vez que procura despertar e sensibilizar os indivíduos e grupos sobre a importância dos mesmos, e do respeito às diferenças. Daremos continuidade nessa discussão de como isso é possível no próximo tópico.

1.1.5 - A Importância do Conceito de Cultura para o Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, constitui-se numa das mais importantes expressões culturais de um indivíduo ou grupo social. Ele é um conjunto de bens e de códigos que podem ser lidos separadamente, ou em conjunto, por meio de alguns conceitos-chave que lhes dão sustentação, como memória, identidade, tradição, patrimônio e cultura.

Tanto a cultura como o patrimônio cultural são relacionais, pois são ressignificados cotidianamente pelos indivíduos e grupos que o vivenciam no dinamismo das transformações sociais que compõem os cenários e processos de seleção, disputas e associação a eles vinculados. Nessa ressignificação dos patrimônios culturais, e consequentemente da cultura, são criadas memórias e narrativas que lhes dão vida, tornando-os signos e símbolos emblemáticos e textuais da vida e da história dos indivíduos e do grupo ao qual se sentem pertencer.



Foto 4 – Casarão localizado no município de Peixe e, a ceramista Luzenir Rodrigues Nunes. Foto: Acervo C.A.L.O. - FIOL.

O aspecto vivencial e prático da cultura bem como do patrimônio cultural, remete-se aos usos que os indivíduos e grupos fazem deles no dia a dia. Assim, cada indivíduo relaciona-se com o patrimônio cultural a partir de uma relação particular com suas percepções, suas emoções, seus afetos. Essa dimensão vivencial é que dá caráter legitimador ao patrimônio cultural. Além de lhe fornecer estruturas e aspectos culturais singulares. Nesse sentido, o patrimônio é um excelente instrumento para estabelecer a sintonia entre os indivíduos e a identidade local, a comunidade.



Foto 5 – Casas de Memória: Casa de Jorge Amado, Ilhéus-BA e Casa de Anísio Teixeira, em Caetité-BA. Foto: Acervo C.A.L.O – FIOL.

O patrimônio cultural lida com a objetividade e a subjetividade num constante diálogo. Como produto do trabalho humano, o patrimônio com seus símbolos, valores e processos históricos faz a comunicação entre os hu-

manos e a natureza, no tempo e no espaço, e entre os próprios humanos – na sociedade.

Há bens culturais que pertencem a toda humanidade, por que representam uma realização ou um período importante da história humana, como é o caso da Cidade de Goiás, reconhecida e titulada como patrimônio da humanidade. Há também os bens familiares e pessoais de grande valor para os indivíduos e suas memórias, como as casas de memórias de Jorge Amado em Ilhéus e de Anísio Teixeira em Caetité, na Bahia. Todos esses bens e patrimônios culturais são importantes em suas especificidades e particularidades e devem ser valorizados e preservados por constituírem uma herança cultural que testemunha fatos da história seja individual, seja coletiva.

São muitos os exemplos de manifestações culturais consideradas como bens patrimoniais que aqui poderíamos citar: as romarias à Gruta-Santuário de Bom Jesus da Lapa, a festa de Nossa Senhora da Glória de Correntina, festa de São Sebastião de Boa Vista, da comunidade ribeirinha de Serra do Ramalho, as festas juninas e quermesses sempre celebradas no mês de junho e julho acompanhadas do festejo em devoção a Santo Antônio, São João e São Pedro, a Festa do Divino em Conceição do Tocantins, a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Arraias, a Roda de São Gonçalo no Quilombo Lagoa da Pedra, etc.. Em todas essas manifestações culturais são preservados ainda seus ritos tradicionais pela população, que possui a capacidade de mobilizar, articular e motivar a comunidade em suas vivências religiosas, festivas, lúdicas e tradicionais.



Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL



Foto: Emerson Silva.

Foto 6 – Festa de Bom Jesus, em Bom Jesus da Lapa (BA) e, Roda de São Gonçalo no Quilombo Lagoa da Pedra, município de Arraias (TO).

A preservação dessas manifestações culturais religiosas, bem como desses bens culturais de natureza material edificados, dependem da compreensão, da valorização e do respeito que os indivíduos, e especialmente a comunidade, proporcionam. A comunidade é de certa forma a principal protagonista na promoção, conservação e preservação do patrimônio cultural. No entanto, nem sempre ela está sintonizada e atenta a isso, o que exige um

exercício de envolvimento e sensibilização por meios de ações educativas. Em muitos casos, é necessário o trabalho de identificação e resgate da identidade cultural do grupo, de suas tradições e formas de expressão, no intuito de construir coletivamente na (e com a) comunidade, a seleção de seus patrimônios culturais.

Ao longo dessa nossa conversa sobre antropologia e o conceito de cultura procuramos mostrar a contribuição dessa área do conhecimento e desse conceito no reconhecimento, valorização e promoção do patrimônio cultural material e imaterial. O patrimônio cultural foi abordado como sendo um dos aspectos que constituem a cultura, tendo por sua vez agregado em si outros conceitos com os quais se relaciona, como o de memória, identidade, sociabilidade, afetividade, diversidade, entre outros, que compõem o grande mosaico cultural dos grupos sociais.

Diante desse nosso início de conversa, daremos continuidade ao nosso caminho nos trilhos da educação patrimonial, abordando a seguir a paisagem cultural como patrimônio a partir da perspectiva antropológica.

1.2. Antropologia da Paisagem: territórios culturais, identidade e saberes locais.

> *"A paisagem onde a gente brincou a primeira vez, e a gente com que a gente conversou a primeira vez, não sai mais da gente, e eu, quando voltar vou ver se consigo fazer a minha terra" (Portinari).*
>
> *"Em cada um de nós há um segredo, uma paisagem interior com planícies invioláveis, vales de silêncio e paraísos secretos" (Antoine de Saint Exupéry).*

Agora, que já conversamos um pouco sobre o que é antropologia e a sua contribuição para o patrimônio, convidamos vocês a continuarem essa nossa viagem pelos trilhos da Educação Patrimonial contemplando nesse momento o Patrimônio Cultural Paisagístico, modelado a partir das nossas experiências, vivências e visão de mundo, que por sua vez é concebida a partir da cultura.

A narrativa que descrevemos sobre a paisagem, ou patrimônio cultural paisagístico, tem por base as experiências e vivências ocorridas durante todo o processo de execução do projeto de levantamento e resgate da Ferrovia Oeste-Leste no estado da Bahia, bem como as ações de Educação Patrimonial. Neste caso, a nossa narrativa tem ligação direta com os territórios culturais, suas semelhanças, suas diferenças, seus modos, seus costumes, suas crenças e seus

valores, além de muitas outras formas de expressão cultural que os homens e mulheres são capazes de criar.

Assim, em alguns momentos, vamos usar algumas palavras e conceitos equivalentes, e referentes, para melhor entender e ler essa paisagem. É importante termos em mente que muitos outros conceitos têm ligação direta com a paisagem e o território, como é o caso da ideia de lugar, memória e identidade.

1.2.1 - O que é a Paisagem?

A paisagem pode ser entendida e definida como o resultado e síntese dos elementos naturais que compõem um espaço, um lugar, um território, abrangidos por nosso olhar, contendo elementos como a vegetação, os animais, rios, riachos, córregos, lagoas, caldeirões... bem como por elementos culturais construídos por nós contendo formas, volumes, tamanhos, dimensões, cores, sons, movimentos, textura e odores. As nossas casas, a rua, as igrejas, as praças, as feiras, os jardins, os parques, as vilas e bairros, as roças, são alguns desses exemplos.

Essas paisagens são lugares com os quais temos ligação direta, temos memória e lembranças delas, assim como das coisas que foram modificadas, por exemplo, na rua, na praça, nos parques, no bairro. Os casarões mais antigos da rua que ainda existem, os que não existem mais, os que foram reformados, as construções que vieram depois, o bairro que aumentou e tomou outra configuração. Tudo isso marca de forma significativa a nossa vida e nossa história.

Para facilitar o entendimento podemos dividir a paisagem em natural e cultural. Correspondendo à *paisagem natural*, uma determinada paisagem que ainda não sofreu a intervenção humana, e à *paisagem cultural*, daquela que já sofreu a intervenção humana por meio da apropriação, modificação, transformação, classificação e significação de todos os elementos que a compõem.

Estas duas dimensões da paisagem estão em todo o tempo numa constante relação e negociação, tendo nós, os seres humanos como seu principal agente, modelador, transformador e ordenador dentro de nossos padrões culturais estabelecidos. Assim as paisagens são ordenadas espacialmente e impostas ao meio ambiente, seja ele "construído ou natural" (ZUKIN, 2000).

Dizendo de outro modo, a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo, sendo a cultura o agente, a área natural, o meio e a paisagem cultural o resultado dessa ação cultural. A cultura nesse caso desenha sobre a paisagem natural suas marcas e expressões, pois é ela a base sobre a qual a cultura material se sustenta, perpetua e deixa suas marcas e características, heranças das civilizações do passado para as novas gerações.



Foto 7 – Rio São Francisco em Bom Jesus da Lapa, BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Partindo desse raciocínio, podemos ainda afirmar que na paisagem cultural/humanizada, os lugares e espaços são pensados tendo o homem como centro. Nós somos sujeitos e agentes de transformação da mesma, criando-a e recriando-a no tempo e no espaço numa intensa e constante relação com a natureza.

Se repararmos bem, todas as paisagens, sejam elas as da nossa infância, ou mesmo as dos dias atuais, sofrem mudanças. Mas também conservam ao mesmo tempo, em suas características visíveis, muitas marcas e lembranças do passado. Tanto nas marcas antigas do passado, quanto nas marcas novas ocorridas com as mudanças, são conservados e agregados simbologias, narrativas, mitos e valores. A memória e a história não deixam perder a ligação e a relação com algo que consideramos como origens e as tornam singulares por isso. Tornam-se particulares e especiais por seu valor e importância afetiva e emotiva.

Como podemos ver, todas as paisagens são construídas dentro de uma visão cultural que segue uma organização e lógica próprias, que leva em consideração as dinâmicas ocorridas no tempo e no espaço. Tempo e espaço são formas pelas quais as pessoas e grupos se organizam, e se relacionam tanto com o seu meio como com as outras pessoas.

Cada indivíduo, e mesmo o grupo, tem seu próprio jeito de lidar com esses fenômenos culturais, experimentando-os a partir de suas vivências e experiências de vida orientados pelos contextos geográficos e climáticos, como

os tempos de seca ou de chuva, as questões religiosas e festivas, como eventos desenrolados em um "espaço", em um "lugar", e em um "território".

1.2.2 – Paisagem e território de identidade

O conceito de paisagem, muitas vezes, pode ser associado ou entendido como sendo sinônimo do conceito de território. Ambos carregam em si características semelhantes, mas o conceito de território tem uma ligação mais constante e forte com o conceito de identidade.

Segundo alguns estudiosos da antropologia e da história, as paisagens são concebidas e compreendidas como sendo lugares e espaços em que se desenrolam as vivências e sociabilidades dos indivíduos e grupos. Elas são solos da cultura, construídos, significados e ressignificados a todo tempo, conforme as transformações e modificações ocorridas nos mesmos.

Podemos dizer então, que a paisagem é compreendida por essas duas áreas como sendo uma entidade espacial simbolizada única, e associada às experiências concretas dos saberes e fazeres singulares dos sujeitos e dos grupos (CAROLINO, CORREIA, 2011).

Baseados no que refletimos até o momento, as paisagens são territórios, lugares e espaços construídos culturalmente por meio da memória. A memória, tanto a individual como a coletiva, está ligada aos saberes e fazeres singulares e particulares dos indivíduos e grupos (HALBWACHS, 2004). Ela é responsável pela tecitura da bela colcha de retalhos que compõe a história e a paisagem dos lugares.

Os estudos sobre a paisagem vêm retratado de forma multifacetada mostrando as dinâmicas que ocorrem com o passar do tempo (SILVEIRA, 2009). Essas constantes mudanças e dinamicidades pelas quais a paisagem passa são frutos das escolhas, hábitos e modos de vida que os indivíduos e grupos escolhem e adotam, conforme suas visões de mundo.

Deste modo, a paisagem pode revelar muito sobre as manifestações culturais, a vida e a organização social de um grupo. Ela pode ser associada neste caso à identidade e, em uma última instância, à cultura de um grupo. Prosseguindo em nossa conversa, trataremos dessa relação fazendo uma leitura entre paisagem, território e identidade.

É nos territórios que se desenrolam as vivências do dia-a-dia de homens e mulheres que os tomam de formas diferentes para as suas práticas culturais. Eles podem muito bem serem definidos como uma porção da natureza, do espaço sobre o qual um determinado grupo garante sua sustentabilidade socioeconômica, bem como a manutenção de suas formas e expressões culturais.

Segundo Milton Santos (2003) o território é o chão de toda a população que ali vive uma identidade e uma relação de sentimento com determinada porção geográfica. Ele é a base sobre a qual se desenvolvem os trabalhos, onde se assentam as moradias, onde se tecem a relações de trocas materiais, simbólicas, culturais e espirituais.

Assim, o conceito de identidade é um elemento forte, que marca as diferenças e as fronteiras. É ele que permite e possibilita ao grupo o sentimento de pertença, de coesão e manutenção. Dizendo de outra forma, a identidade é o elo que mantém o grupo unido, pois faz com que cada indivíduo se sinta reconhecido e pertencente a tal grupo.

Podemos então afirmar que a construção da paisagem-território é feita por elementos decorrentes da memória, da identidade dos saberes e fazeres dos grupos sociais. Vamos dar continuidade a essa nossa conversa no próximo tópico ligando o tema da paisagem ao patrimônio.



Foto 8 – Fazenda de Cacau, Ilhéus-BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

1.2.3 - O que é o Patrimônio Cultural Paisagístico?

Uma definição que podemos dar para o Patrimônio Cultural Paisagístico é a de que ele pode ser compreendido como sendo todos territórios e lugares

que os grupos humanos escolhem, elegem e os revestem com características simbólicas pensadas a partir dos acontecimentos, dos afetos, das experiências vivenciadas pelas trajetórias de vida individual e coletiva.

A paisagem é considerada como patrimônio cultural desde o decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que a equipara ao patrimônio histórico e artístico nacional, tornando os monumentos naturais como jardins, parques naturais bem como as paisagens ocupadas pelos grupos sociais, paisagem urbana, passíveis de tombamento, a fim de conservar e proteger. Já no entendimento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a paisagem cultural tem sido considerada como um bem patrimonial desde 1972 (FIGUEIREDO, 2008).

Numa leitura a partir da antropologia cultural, da arqueologia e da história por meio do viés da memória, a paisagem cultural é entendida como sendo parte do Patrimônio Cultural. Patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais móveis e imóveis, as manifestações e expressões culturais investidas de valores simbólicos revelados como relíquias e riquezas de um grupo social (TAMAZO, 2007).

Nessa variada gama de bens culturais e patrimoniais de natureza material, a paisagem é um deles por trazer inscrita sobre si, numa espécie de fotografia, as crenças, os valores, os saberes e fazeres de um grupo que a transforma de simples paisagem natural em paisagem cultural com valor inestimável, por estarem na base de suas vidas.

1.2.4 - Os Patrimônios Paisagísticos encontrados ao longo da Ferrovia Oeste-Leste na Bahia

Ao longo de nosso percurso pelos trilhos da Ferrovia Oeste-Leste, no estado da Bahia, muitas paisagens e territórios culturais de identidade foram eleitos e identificados pelos homens e mulheres que os vivenciam, e constroem a cada dia em meio às "labutas", no dizer regional, e às tramas da vida diária. Cada um desses territórios e paisagens foi escolhido pelos indivíduos a partir das suas experiências.

Partindo de Ilhéus, região litorânea, até a cidade de Correntina, região do cerrado baiano, muitas paisagens e territórios foram se desenhando com as mudanças decorrentes do clima nos períodos de seca e chuvas. No subir e descer de serras e morros que delineiam e contornam várias cidades, vilas, vilarejos e comunidades encontramos homens e mulheres em sua constante luta com a terra na lavoura de onde retiram o seu sustento.

A paisagem mudava a cada estação, melhor dizendo, a cada trecho do traçado da ferrovia que caminhávamos. Vislumbramos a região litorânea com a forte presença do mar e suas areias claras, a mata atlântica, a caatinga e o semi-árido, com a presença de resistentes e teimosos cactos e palmas resistentes à seca que o castiga, que servem de alimento para a criação e até para as pessoas. Chegamos ao cerrado, com suas árvores retorcidas, e de altura pouca, em sua maioria, com algumas manchas de veredas e de veios d'água que correm e irrigam essas terras mais ao oeste da Bahia, na região de Correntina.

Presenciamos vaqueiros e boiadeiros montados em seus cavalos em meios às caatingas e pastos, nos caminhos dos açudes e bebedouros para o gado. Pescadores em suas canoas e barcas, lavadeiras nas margens dos rios lavando roupas e louças, crianças banhando e brincando nos rios e córregos.

Outras paisagens alegres e cheias de vida são apresentadas nas feiras com suas riquezas de "sotaques", "ditos populares", sons e cores, comidas e bebidas típicas que exalam seus cheiros, fazendo a boca encher d'água nas cidades por onde passamos.

As feiras e mercados ainda apresentam-se como verdadeiros lugares de reunião, exposição de artesanatos e obras de arte dos artistas locais feitas dos mais diversos suportes, como argila, madeira, couro, palha, cascas, sementes, coco, tecidos, palhas e fibras. São lugares para a comercialização da produção agrícola, pecuária, pesca e hortaliças, bem como dos seus derivados, que deixam no ar cheiros e aromas típicos como os temperos, os doces e quitutes.

As paisagens festivas e celebrativas são animadas por cantos, instrumentos musicais e danças. As festas de devoção à Nossa Senhora, as Romarias do Bom Jesus da Lapa, as festas em louvor a Santo Antônio, São João e São Pedro, são mobilizadoras das comunidades, sempre vem acompanhadas pelas calorosas e animadas quadrilhas e quermesses com suas atividades lúdicas, comidas e bebidas tradicionais.

1.2.5- A importância de conhecer o Patrimônio Cultural Paisagístico para preservá-lo.

A melhor maneira para proteger um patrimônio cultural de natureza material ou imaterial é conhecê-lo, tomando consciência do seu valor simbólico, afetivo e de pertencimento. Este é o primeiro passo a ser dado para a proteção efetiva de um patrimônio. Um segundo, seria a sensibilização por meio de medidas educativas que reconheçam seu valor histórico e cultural, e que por tudo isso, deve ser preservado como herança cultural para as gerações futuras por entender que o mesmo é um testemunho do passado da humanidade para nós.

Nesse sentido, os territórios e paisagens, por constituírem-se como "lugares" simbólicos, devem ser preservados não somente no que se refere à questão relacionada à preservação física, mas também devem ser preservadas as lembranças dos acontecimentos, eventos, histórias individuais e coletivas, as memórias, as várias formas de sociabilidade construídas, pensadas a partir do território e da paisagem.

A relação entre a paisagem e o Patrimônio constitui um caso especial no contexto das paisagens culturais, onde o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com base em legislação específica, assegura a proteção e preservação desse patrimônio, reconhecendo o seu valor histórico e cultural para a localidade, até para a humanidade.

A sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possam analisar as consequências que os estilos de vida de determinados grupos podem causar na dinâmica natural do planeta.

Chegando ao fim desse nosso passeio pela paisagem cultural, esperamos que ele tenha sido proveitoso e rico, contemplando as expressões da pluralidade cultural encontrada nesses territórios. Certamente essas paisagens foram selecionadas a partir de alguns olhares (fotografia), e recortadas, levando-se em consideração as narrativas e informações das comunidades pesquisadas.

O nosso percurso continua com novos conteúdos a respeito do patrimônio cultural encontrado ao longo do traçado da FIOL.



Foto 9 – A Feira é um espaço onde se constroem memórias: é um lugar de Memória. Senhora paneleira em feira de Caetité-BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



CAPÍTULO II:
HISTÓRIA CULTURAL: CONCEITOS



Foto 10 – Casa da Cultura de Paranã - TO. Foto: Acervo C.A.L.O - FIOL.

Ms. Paula Groehs Pfrimer O. Stumpf[5]
Mestranda Ana Paula Moreira P. Duarte[6]

"Então, minha primeira resposta à pergunta o que é história será a seguinte: um processo contínuo entre o historiador e seus fatos, um diálogo sem fim entre o presente e o passado" (Edward H. Carrano).

No capítulo anterior abordamos a Antropologia e o Patrimônio Cultural paisagístico, agora propomos uma nova jornada sobre os trilhos da Educação Patrimonial. Nesse momento, apresentaremos o papel da História e sua contribuição para a constituição de nossos patrimônios para conhecermos as relações sociais que estabelecemos com eles no decorrer dos anos.

Existem diversas maneiras de compreendermos a história, para isso damos diferentes sentidos: como a trajetória de vida de um indivíduo, a narrativa de uma realidade fantasiosa, uma forma de arte, uma disciplina escolar. Talvez o mais relevante seja entendermos que ela é a ciência que investiga diferentes experiências humanas ao longo do tempo, e em lugares distintos. Estudar a história nos permite entender, através das experiências, a realidade na qual vivemos, conhecendo nossas origens e os sentidos que fomos atribuindo ao mundo.

Dessa forma, discutimos a história da história para entendermos como os nossos antepassados deram vários significados às suas visões de mundo e de sociedade. Para isso, em alguns momentos utilizamos determinados conceitos para melhor compreender esse processo, em diálogo com outras ciências, como, por exemplo, a Arqueologia, a Antropologia e a Sociologia, para ampliar nossos horizontes sobre o que é história.

---

[5] Graduada em Turismo (Planejamento) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Bacharel em História pela Universidade Federal de Goiás, Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (2013).

[6] Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

2.1.1- O que é a história?

História é uma palavra que sempre utilizamos, pois aprendemos História na escola como uma disciplina importante para conhecermos o que aconteceu em uma determinada época. Diariamente convivemos com a ideia de que existem diversas histórias, seja a do time de futebol que torcemos, ou de nossa família, do bairro em que moramos, das práticas e objetos que consideramos como o nosso patrimônio, a História do Brasil, a História Geral. No entanto, quando perguntamos o que é história, as pessoas se embaraçam, têm dificuldades em responder, ou acreditam que seja apenas uma ciência que estuda o passado, o que já aconteceu há muito tempo.

Muitas vezes acreditamos que a história é intocável, ocorrida em uma época muito distante, e que ao ser investigada se encontra a verdade. Por isso, sempre que falamos em história nos remetemos às datas, nomes e lugares para nos situarmos e localizarmos os fatos ocorridos. Porém, conhecermos datas e acontecimentos não é suficiente, a história está além de uma memorização. Entender os processos, a lógica cultural que a produziu e a trama dos acontecimentos é mais eficaz e útil para nosso entendimento a respeito do presente e da construção de um futuro.

De forma geral, tudo o que vivemos, as viagens, o almoço de domingo na casa da avó, o passeio no parque, ou a visita ao museu, são histórias. A todo momento estamos escrevendo a história, seja de forma individual ou coletiva, pois ela não é apenas o macro, é também o micro, como, por exemplo: temos a história de nossa família, de nossa rua, de nossa cidade, do nosso estado, do nosso país, do planeta.

Através da história conhecemos nossas origens, escolhemos nossas representações do que elegemos como importante e selecionamos os nossos patrimônios. A história nos oferece então, elementos para a ação da vida prática. Através dela adquirimos compreensão a respeito das sociedades e das culturas, percebemos as diferenças entre as pessoas, isto é, analisamos de forma crítica fenômenos de diferentes características: sociais, culturais, religiosas e políticas.

O estudo da história tem por finalidade proporcionar a compreensão sobre as práticas humanas e suas relações, para que possamos respeitar as diferenças, e assim agir com maior prudência e tolerância.

2.1.2 - Os objetos da História

Como vimos há pouco, a história está presente em nosso dia-a-dia, nas maneiras de pensarmos e agirmos. Seus estudos abrangem diversos períodos,

ou seja, podemos estudar desde o surgimento de uma cidade no século V até a construção de um viaduto no século XXI. Podemos estudar as festas tradicionais de um povoado, a importância de um prédio, a construção de uma igreja, a influência religiosa local, ou até mesmo as comidas típicas de uma região, dentre outros temas. Todas as relações do homem podem ser compreendidas como história. Então quais são os objetos da história? Quem escreve a história? E principalmente, como estudá-la?

Para pensarmos nas respostas dessas perguntas, é necessário respondermos primeiramente a uma em específico: a história tem como objeto de estudo o passado ou o homem? Se considerarmos o passado como um objeto de estudo, este tendo como significado uma série de fenômenos anteriores ao presente, teremos uma história linear como mera narração, sem provocar indagações sobre as relações e as transformações que estabelecemos no decorrer dos anos. Se consideramos os homens como o seu objeto de estudo, a história problematiza as interações do ser humano com a cultura, as artes, a política, a religião, a biografia, a memória, buscando abranger fatos de ordem nacional, como regional.



Foto 11 – As narrativas também constituem a história. Dona Maria conta suas memórias sobre a Região do Sítio Moita dos Porcos, em Caetité, Bahia. Fonte: Acervo C.A.L.O. – FIOL

Para que o trabalho do historiador seja realizado, é preciso analisar os documentos e as fontes produzidas pelos homens em diferentes períodos. Essas fontes são os vestígios do passado, como narrativas, como jornais, diários, livros, roupas, pinturas, músicas, história oral, etc. Elas são inúmeras, e a partir da análise do historiador, tem-se vários questionamentos a respeito de uma determinada época. E é através destes questionamentos e das fontes, que o historiador procura captar, estudar e problematizar, tendo como referência o homem e a "sociedade na qual esse homem viveu, trabalhou, amou, procriou, guerreou, divertiu-se" (BORGES, 1980, p. 61).

Um determinado acontecimento pode ser escrito por mais de um historiador, sendo analisado de formas diferentes, como, por exemplo, a história de uma cidade. Existe uma história oficial e também a história contada pela comunidade, passada de pais para filhos.

Com todo esse aparato, aprofunda-se a ideia do que poderia ser considerado por fonte, ampliando o horizonte da História, além de conceber novas maneiras de compreender a historiografia, inserindo a interdisciplinaridade, na utilização de outras ciências para se compreender o processo histórico. Novas descobertas são feitas e novos eixos de análise são inseridos na pesquisa, alargando o campo de análise do historiador, e assim novas maneiras de se conceber a história são estudados.

Desta união da história com as outras ciências, surge a História Cultural, que pensa a cultura como "um conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo" (PESAVENTO, 2004, p. 15). Essa nova visão da história, frequentemente associa-se com as abordagens da Antropologia e da Arqueologia, onde se estudam as tradições da cultura popular e a compreensão das relações culturais tecidas pela experiência histórica e humana.

Diversos conceitos passaram a nortear a pesquisa histórica, sendo o principal, que reorienta a postura do historiador, o conceito das representações. O mundo, a partir deste conceito, possui práticas e matrizes que explicam a realidade, sendo representada a todo o momento. Mas não é a cópia do real, nem a sua imagem perfeita, e sim outras práticas construídas a partir dele. Através das representações podemos compreender as práticas que utilizamos para nos expressarmos e para definirmos o mundo, como por exemplo, as pinturas, as danças, as músicas, a literatura, a religião, dentre outras. A partir da utilização do conceito de representação na pesquisa historiográfica novos campos se abriram para essa pesquisa: os saberes e fazeres, as festas e os depoimentos das pessoas, as memórias de determinados povos.

As memórias podem ser consideradas como uma das linguagens da História. Elas são representações narrativas que indicam a reconstrução do passado. Essa narrativa é a busca e o registro de uma ausência no tempo. A memória pode ser individual e coletiva, como um processo de lembrar fatos passados ou aquilo que o indivíduo representa no passado. Com as mudanças propostas pela história cultural nas formas de pensar e reconstituir o passado, a memória, enquanto fonte, e a oralidade, assumem um papel fundamental na construção da narrativa historiográfica. No próximo tópico, continuamos nossa conversa abordando como a memória possui papel fundamental para a compreensão dos sentidos que atribuímos às nossas vidas e às relações sociais, e como isto contribui para preservação de nosso patrimônio cultural.

2.2- Memória

Sugerimos que no decorrer da leitura das próximas páginas você retome alguns pontos das narrativas anteriores, fazendo uma costura de ideias entre memória, antropologia, paisagem e história. Costura essa que irá nos ajudar a compreender melhor o que é Patrimônio Cultural e a Arqueologia. Sugerimos também que durante a leitura você faça um exercício de invocar da sua memória, imagens e vivências, lembranças individuais e dos grupos ao quais você pertence.

2.2.1 - O que é memória?

É importante pensarmos que a memória não é só um ato de lembrar, de relembrar ou de "guardar" algo que vimos ou aprendemos. A memória é mais que isso: ela é influenciada pela nossa história, nossa cultura, nossa identidade, pelas percepções do grupo o qual pertencemos e pelas pessoas com as quais convivemos. Temos a memória individual, que são as nossas lembranças pessoais, percepções e interpretações sobre determinado fato, lugar ou pessoa. Temos também a memória coletiva, que é a memória do grupo, a memória de um povo sobre seu espaço, sobre sua história e suas manifestações. São essas memórias que ajudam a formar o Patrimônio, e que permitem que a história seja escrita a partir de outros pontos de vista, além da chamada "história oficial". São os suportes da memória que fazem com que a existência tenha sentido, ou seja, se transforme em uma "expressão objetivada da lembrança coletiva" (CHAUI, 2006, p.114).

A memória é formada a partir de narrativas, de objetos (que guardamos, que produzimos, que nos fazem lembrar de algo), de paisagens e de impres-

sões alheias às nossas. Uma multiplicidade de influências constitui não só a memória, mas também o nosso Patrimônio: "atrás de cada artefato (mental ou material) há uma pessoa, ou muitas pessoas. Descobrir quem eram e como viviam é um fator fundamental para a experiência humanizante que nos é proporcionada pelos objetos do patrimônio cultural" (HORTA, 1991, p.70).



Foto 12 – Entrevista realizada com a Sra. Maria Antônio Dias, moradora do Quilombo Lagoa da Pedra, município de Arraias - TO. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

As nossas memórias, e as memórias das pessoas com as quais vivemos e convivemos, são a nossa história e nos trazem indícios sobre tempos passados, sobre as mudanças na nossa paisagem, sobre um costume, um rito, uma festa que tenha se modificado ou que talvez nem exista mais, a não ser nas nossas lembranças. Então a memória faz parte do nosso Patrimônio, por que nela que encontramos informações sobre nossa cultura e nossa identidade. Pense agora, em quais são as memórias da comunidade em que você vive; uma história, um fato que seus avós, ou uma pessoa mais velha que você conhece e narrou sobre o lugar onde vocês vivem; uma lenda, um costume. Pense em que constitui a sua memória, a memória coletiva do local que você vive, e qual é a relação dessas memórias com o Patrimônio Cultural de vocês.

Nossas memórias fazem parte do nosso Patrimônio Cultural e essas memórias são constituídas de várias formas, inclusive a partir das memórias de

outras pessoas, por isso podemos dizer que mesmo a nossa memória individual, é coletiva. Porque as nossas percepções, nossas memórias, sofrem influências dos pontos de vista das pessoas com as quais convivemos e da cultura em que estamos inseridos. Às vezes lembramos apenas algumas cenas passadas em um lugar, de um acontecimento, ou deixamo-las guardadas em um canto da memória, esquecidas.

Logo, as nossas lembranças são coletivas e também lembradas por outros "... ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos" ... (HALBWACHS, 2006, p.69). Os objetos são por vezes suportes de nossa memória, uma flor guardada dentro de um livro, uma boneca de infância, uma miniatura de um lugar que visitamos, o cheiro de café passado cedinho, um lago, uma praça que frequentávamos durante a mocidade, um casarão que gostávamos de ficar em frente a ele, olhando detalhe por detalhe, aquela praça onde ocorreu uma manifestação que marcou a história (e a memória) da nossa cidade, a maneira como o avô falava, as histórias dele, o álbum de fotografias que guardam nossas lembranças, uma velha caixa de lata que guarda nossos tesouros como um relicário de nossas memórias. São esses objetos, esses espaços, e essas narrativas que formam os suportes da memória.

2.2.2 - Os lugares por onde passei

Vivemos em coletividade, nos relacionamos uns com os outros, participamos de festas, temos espaços físicos e paisagens que são considerados símbolos da nossa cidade, nosso país ou nossa sociedade. Independente da nossa crença participamos de alguns ritos que fazem parte da nossa identidade e da identidade de nossa comunidade, conhecemos objetos que são característicos de uma região, ou de um povo, que são carregados de significados. Esses objetos também compõem nossas memórias e dão sentido à nossa existência, compondo nosso patrimônio cultural.

Os lugares de memória não são formados apenas por um espaço geográfico, mas por toda a subjetividade que os compõem, como as manifestações culturais, as edificações ali construídas e a história de quem as construiu. Eles se constituem a partir da interação desses elementos, e neles, a memória e a história interagem com as nossas identidades.

Os lugares de memória são lugares nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional. Eles precisam ser dotados, pelo grupo, de algum significado, serem objeto de um ritual ou terem uma significação simbólica para que sejam considerados lugar de memória. Esses três aspectos (material,

funcional e simbólico) sempre estão presentes nos lugares de memória. Os lugares de memória são, então, lugares mistos, constituídos pela nossa memória e pela memória coletiva do nosso grupo, lugares que fazem parte da nossa identidade, lugares com os quais nos identificamos, que fazem parte da nossa história e da história do nosso povo. Esses lugares de memória constituem o nosso Patrimônio Cultural, e como cultura, são constantemente ressignificados, assumindo a função de bloquear o esquecimento.

Agora que já conhecemos os três aspectos que formam os lugares de memória, é hora de pensarmos em quais são os lugares de memória da nossa cidade ou região. Pense em que eles se constituem e em quais esferas eles se encaixam: na material, na funcional ou na simbólica? E ainda existem os lugares que se enquadram nas três esferas, a exemplo das praças, a da Feira de Jequié, do Santuário de Bom Jesus da Lapa e a paisagem que os cercam. O Rio São Francisco, com os ternos e reisados, as carrancas, as indumentárias (roupas, sandálias) e artefatos em couro de bode, a procissão do Bom Jesus.



Foto 13 – Os saberes e fazeres são transmitidos através da oralidade, a partir do momento em que nossa memória coletiva é trazida ao cotidiano. Artesã paneleira, utilizando a técnica do rolete. Comunidade Cachoeirinha - Caetité-BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

O lugar de memória não é estanque, ou seja, não é imutável, e é parte fundamental da memória local, constituindo a história e as identidades, é permeado de outros lugares de memória e de manifestações culturais (que tam-

bém são ressignificadas com o tempo). Por isso, podemos pensar que lugares de memória são constituídos de elementos que estão em constante movimentação, sobrepondo-se, comunicando entre si e sendo ressignificados.

Continuando no raciocínio de que a memória é constituída por múltiplos elementos, e que esses elementos se relacionam, oferecendo informações para as nossas memórias e constituindo nossas identidades, vamos conversar um pouco sobre as relações entre os objetos e a memória.

Todos nós guardamos alguma coisa que nos lembra alguém ou algo, fazemos ou já fizemos algum tipo de coleção, guardamos uma roupa querida, mesmo que não nos sirva mais, deixamos em lugar de destaque na nossa casa um móvel de família, mesmo que ele possua alguma lasca, a marca do copo de café que o avô tomava enquanto lia o jornal todo dia de manhã e que ali deixava enquanto fazia algum comentário sobre política. Guardamos esses objetos ou nos lembramos deles, porque mesmo com essas marcas, essas rugas trazidas pelo tempo, eles nos remetem a quem nós somos, ou pensamos ser, nos mostram nossa história, referendam nossa identidade e formam nosso Patrimônio Cultural.



Foto 14 – Sra. Eva Rosa da Costa, resadeira, durante entrevista com Rosinalda Corrêa da Silva Simoni. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Esses objetos, e as paisagens, nos fornecem informações para as nossas narrativas. As narrativas se constituem a partir de nossas percepções do mundo que nos cerca e das nossas vivências. Os cheiros, os sabores, as sensações, também fazem parte das nossas narrativas e das nossas memórias. As histórias que contamos, e que ouvimos, as músicas, os repentes regionais, as rezas, os sotaques e ritmos são narrativas orais, fornecendo informações sobre a identidade e a cultura de quem narra. Tudo isso também constitui nossas memórias e nosso Patrimônio Cultural.





Foto 15 – Cavaleiro Mouro Baltazar – Cavalhadas de Taguatinga – Tocantins. Foto: Acervo: C.A.L.O – FIOL.



Foto 16 – Produção de biscoitos pela Família Rocha para serem servidos na Festa de Santa Luzia.
Foto: Acervo C.A.L.O – FIOL.



CAPÍTULO III:
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O QUE É MESMO?



Foto 17 – Folia de Reis. Foto: Acervo C.A.L.O - FIOL.

Dra. Rosinalda C. da Silva Simoni[7]
Ms. Robson Max de O. Souza[8]

"Só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular" (Rodrigo Melo Franco de Andrade).

Para além do conceito de educação patrimonial, e de toda a discussão que vem sendo feita nos capítulos anteriores, esse capítulo abordará temas que envolvem a pluralidade cultural. Este é um assunto que fomenta e justifica ações como as que desenvolvemos neste programa. Assim, nossas reflexões nasceram das ideias e experiências vivenciadas durante os dois anos de desenvolvimento do programa no estado da Bahia. A ideia não é apenas conceitualizar cientificamente as palavras chaves neste manual (cultura, patrimônio, educação, identidade, arqueologia, dentre outras), mas registrar e refletir sobre os conceitos trabalhados durante o percurso, conceitos estes que surgiram de reflexões e vivências que proporcionaram ao grupo, em momentos de descontração e de desconstrução, a construção de novas maneiras de pensar esses temas, afinando os olhares e o entendimento a respeito deles.

Acreditamos que o processo ensino-aprendizagem acontece de várias formas e é praticado em situações tão diferentes que por vezes parece ser invisível (Brandão, 1998). Mas, para que esse processo aconteça, é preciso perceber a educação dentro de uma perspectiva que aposta na cultura como princípio norteador. Isto não é novidade no Brasil, pois a primeira ação nesse nível aconteceu em 1980, quando a Fundação Nacional Pró-Memória cria o projeto de interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país. Este projeto procurava diminuir a distância entre a educação escolar

[7] Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arqueologia e Doutora em Ciências da Religião pela PUC Goiás. Área de Atuação: História, Arqueologia Pública e Antropologia. Contadora de histórias e Arte educadora.

[8] Graduado em Antropologia pela PUC Goiás, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás, Arte Educador, Pesquisador de Religiões Afro Brasileiras, Babalorixá. Áreas de atuação Antropologia e Arqueologia Pública com ênfase em Educação Patrimonial, e Religiões Africanas.

e o cotidiano dos alunos, respeitando as experiências que eles traziam para a sala de aula, dando a elas o status de cultura. O projeto ainda buscava a utilização das artes em geral como ferramentas pedagógicas que potencializassem o processo ensino-aprendizagem (FONSECA, 1996).

A esse projeto de 1980, soma-se a escola freireana com um de seus norteadores mais potentes: o conceito antropológico de cultura. O argumento é que, ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela.

Nesse sentido, a cultura material torna-se elemento do processo de "alfabetização cultural" empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e as populares. Segundo Bezerra Menezes, "educar é garantir ao indivíduo condições para que ele continue a educar-se. Em outras palavras, educar é promover a autonomia dos indivíduos" (MENEZES, 2007).

Se a educação formal garante ao indivíduo condições para que o mesmo continue aprendendo, como afirma Menezes, a Educação Patrimonial garante por sua vez, a esse mesmo indivíduo, o direito de manifestar e eleger aquilo que o faz único dentre iguais, a sua cultura. Essa cultura é expressa em suas manifestações, no seu jeito de ser, fazer e viver. O patrimônio cultural foi por um bom tempo visto de forma politizada, o que gerava a eleição de algumas manifestações e a discriminação de outras. Nesse sentido, precisamos reler esse patrimônio, suas manifestações, e extrair dele sua essência, humanizando-o e potencializando assim seus significados, do individual ao coletivo.

A Educação Patrimonial não pode ser estática. Ela tem que estar aberta a se ajustar a cada grupo, para assumir a sua forma ideal naquele contexto, com aquelas pessoas, e com as possibilidades que a realidade lhes oferece. Ela é, então, o resultado do movimento dinâmico e permanente de negociação entre a realidade e a imaginação. Esse movimento é alimentado pelos conflitos, pelas diferenças, ideias, opiniões, propostas, objetivos, estratégias educativas e por nossas esperanças.

O lugar da educação é a vida, isso não pode ser diferente para a Educação Patrimonial. Tem tudo a ver com a vida, e com a vida de todo dia. Dentro dela cabem nossas preocupações, nossas indagações, nossas buscas e mudanças de paradigmas, de roteiro mental e afetivo.

A cultura acontece na educação por meio da transmissão dos conhecimentos, dos conceitos e comportamentos que produzimos. Por meio do ensino a mantemos e a perpetuamos. Tudo o que os participantes sabem de sua própria experiência vivida tem que ser trazido para o diálogo, onde acontece a Educação Patrimonial. É na busca da resolução dos problemas concretos que

verificamos os resultados dos esforços feitos e que as pessoas aprendem o que marca e incide em suas vidas, e se convencem que podem aprender e buscar sempre mais, passando de simples objetos a sujeitos sociais atuantes.

A educação, como a cultura, não começa na escola, de nenhum modo, como um curso de educação patrimonial, por exemplo. Ela começa no seio de nossas mães, ou mesmo antes disso. Somos nutridos pelo leite, pelo jeito, pelo toque e todos os outros fatores que compõem o simples ato de amamentar um bebê. O jeito é a cultura, que percebemos pela pele, inicialmente, e ao longo do nosso desenvolvimento físico, psíquico e intelectual, vamos aprendendo os gostos, a estética, as normas, a ética e os prazeres de sermos sujeitos sociais. Começamos a aprender o mundo pelo nosso corpo, e pelo corpo do outro. Não é possível entender a materialidade do mundo, sem perceber a materialidade de si mesmo e a materialidade do corpo do outro. Vivemos este processo, e comumente não refletimos sobre ele, enquanto o vivemos. Mas a educação pode ser um tempo privilegiado para viabilizar esse processo, e a consciência dele, pois acreditamos que é por meio dela que isso pode acontecer.

O patrimônio, suportado pelo entendimento sobre cultura, pode fornecer às sociedades, o que Edgar Morin chama de "unidade múltipla" (MORIN, 1981), ou seja, a unidade que nasce, pela dinâmica das relações, na interação entre as heterogeneidades. Essas relações podem ser organizadas através do patrimônio, dos ambientes, e dos vínculos afetivos que as memórias tecem.

Ainda segundo Morin (2002), a diversidade não está apenas nos aspectos culturais e sociais do ser humano. Existe diversidade psíquica, mental, afetiva, intelectual. "É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Nesse caso, compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade" (MORIN, 2002, p. 55). A educação deve levar em conta este princípio de unidade/diversidade em todas as esferas – a individual, a social e a cultural –, e o produto, material e imaterial, resultante disso ao longo da história, que é o nosso patrimônio.

Diante dessas reflexões, tendo como ponto de partida o patrimônio cultural, compreendemos que ele pode contribuir enormemente para ampliar as fronteiras disciplinares e os horizontes para nos ajudar na abertura às diferenças dos códigos culturais. Essa ampliação de conceitos contribui diretamente no desenvolvimento da capacidade de viver com os outros na diversidade e na troca cidadã entre as diferenças. Neste sentido, a Educação Patrimonial possibilitou ao grupo os subsídios necessários para a compreensão e a percepção da riqueza cultural que os compõem, cumprindo assim o seu papel de mediadora cultural.







Foto 18 – O Patrimônio Cultural em suas diferentes formas. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

3.1.1 - E nosso Patrimônio, onde está?

Como seres humanos, somos moldados por alguns padrões (BENEDICT, 2000), e esses padrões incluem comportamentos, conceitos, jeitos de ser e fazer, e até muitos dos pensamentos que achamos serem nossos. Os grupos humanos, no intuito de se auto-afirmar, criam "mecanismos", estratégias e estruturas culturais que se manifestam em suas organizações sociais diferenciando-os uns dos outros, e gerando o dinamismo característico dos seres humanos. Essas manifestações apresentam características que variam de acordo com a história e o contexto sociocultural de cada grupo, e quase sempre são a expressão máxima de sua identidade e memória. A isto também podemos denominar patrimônio cultural.

O termo patrimônio tem múltiplos significados. Sua definição vai depender do contexto no qual ele foi aplicado, mas ele nos remete, na maioria das vezes, ao sentido de relação e pertencimento entre as pessoas, seja esse patrimônio

de caráter material ou imaterial. O sentido que nos interessa neste livro é o que está ligado à herança cultural, de algo que teve, ou tem um significado para alguém, e por isso se preserva, no intuito de que o mesmo permaneça vivo.



Foto 19 – Os saberes e fazeres fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial. Povoado Borracão de Cima, Barreiras-BA. Foto: Acervo C.A.L.O – FIOL.

A palavra "patrimônio", que vem do Latim *patrimonium* – propriedade herdada da família, esteve a princípio ligada apenas ao sentido de legado familiar. A palavra "patrimônio", uma herança, a priori, ligada aos bens materiais e depois ampliada também ao sentido imaterial. Esses patrimônios podem ser e estarem materializados em vários suportes como: fotografias, edifícios, músicas, livros, pinturas, objetos, festas e muitas outras formas materiais e imateriais em nosso cotidiano. Ele pode estar espalhado por nossas praças, e em nosso jeito de falar, de vestir, no modo de nos relacionarmos com o sagrado, nas cartas e fotografias desbotadas que insistimos em guardar. Esses objetos representam memórias que dão sentido e significados à nossa existência e são parte importante de nossa identidade. Esses objetos nos permitem compreender o passado e o presente dialogando com nossa existência, e com a dinâmica da sociedade em que vivemos. Ao elegermos esses patrimônios culturais, estamos selecionando para nós o que julgamos essencial para a continuidade de nossa memória e nossa história, tanto individual como coletiva. Transformam-se em nossa mais rica herança, porque agregamos a eles importância, significados individuais e coletivos de acordo com o nosso desejo.

Conhecer é fundamental para refletir e compreender melhor o grupo social que pertencemos, e nos possibilita tornar inteligíveis, para nós, os elementos das outras expressões culturais, cujas semelhanças complementam e cujos contrastes dão forma à nossa própria cultura. Esse conhecimento quebra paradigmas e nos possibilita obter bons resultados na busca pelo respeito à alteridade .

3.1.2- A função social da Educação Patrimonial

A informação, transformada em conhecimento, é a base para a construção de um processo democrático de respeito e apropriação do patrimônio cultural. A esse processo também podemos chamar de Educação Patrimonial. Ele consiste em permanente e sistemático trabalho educativo, que tem como ponto de partida o Patrimônio Cultural em todas as suas manifestações. Estas manifestações são reapropriadas pelos grupos que participam do trabalho de Educação Patrimonial, entendendo a ideia de Patrimônio em sua polissemia e multivocalidade, ajustando os conceitos trabalhados em suas próprias vidas. Isto de maneira mais prática possível, para usufruir de acordo com sua própria história e necessidades as reflexões feitas, e assim continuar autonomamente na construção de outras reflexões a respeito de Patrimônio.

Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo parte de sua herança. É com base nas manifestações que compõem o nosso Patrimônio cultural, material e imaterial, que podemos trabalhar através de ações educativas multidisciplinares o processo constante de conhecimento e descoberta.

A Educação Patrimonial acontece pelas ações educativas que buscam envolver e sensibilizar seus participantes para a preservação do patrimônio cultural. Elas partem de um patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e através dele procuram levar os participantes a uma familiarização com o mesmo, por meio de uma abordagem interdisciplinar, tendo como principais conceitos-chave: cultura, memória, história, identidade e preservação, tecidos em diálogo com os conhecimentos da antropologia, da arqueologia, da história e demais ciências que se ocupam em estudar as teias que compõem as relações humanas. Por meio desta ação, busca-se compreender a diversidade que compõe a própria existência e as riquezas culturais da história de cada grupo, ressaltando as diferenças de um modo positivo, e atribuindo às semelhanças as devidas considerações que elas merecem. Tudo isso é um exercício filosófico e libertário, à medida que trabalha uma consciência existencial e cidadã. É a busca de uma educação não apenas depositária de informações, mas de construção de conhecimentos que ajudem o participante deste mutirão

a tornar-se sujeito de transformação social e agente de seu patrimônio cultural. Só uma educação multidisciplinar e viva pode ser mediadora eficaz de conhecimentos e experiências vivenciais que permitam aos participantes reconhecer valores que são apontados por eles mesmos. Essa alquimia gera um pertencimento necessário para a preservação do imenso patrimônio que começa por eles, enquanto indivíduos que produzem cultura e, em consequência, são responsáveis pelo seu patrimônio cultural.



Foto 20 – Oficina de Pintura Rupestre realizada no Curso de Educação Patrimonial, no município de Bom Jesus da Lapa. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

As atividades buscam capacitar os participantes para que os mesmos se reconheçam nesse processo de eleição e apropriação do patrimônio cultural, como sujeitos e agentes. Então, podemos dizer que o papel da Educação Patrimonial consiste em dialogar a partir do patrimônio, valorizando a memória daqueles que o elegeram como patrimônio; legitimar a herança das minorias, que por vezes foi ocultada pela história "oficial", e através disso, reafirmar identidades, fortalecendo assim a autoestima desses grupos; e em última, mas não menos importante instância, exercitar o respeito à diversidade e à tolerancia, buscando ressaltar que o nosso maior patrimônio somos nós mesmos, a pessoa humana.



Foto 21 – Curso de Educação Patrimonial realizado no município de Jequié. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Diante disso, buscamos, na construção deste manual, descrever as nossas ações e contribuir para ampliar a ideia de patrimônio e as sensações que cada um de nós experimentou durante a execução desta ação de Educação Patrimonial. Acreditamos que o patrimônio cultural é eleito pelo grupo, mas por vezes temos a sensação de que alguns patrimônios também nos elegem. O que nos falta, às vezes, é sensibilidade para percebê-los, a exemplo da diversidade que nos constroi e as muitas vozes que ecoam em nós - a oração ensinada pela avó, as tranças feitas em nossos cabelos pelas nossas mães, as festas que participamos, os ritos sociais e religiosos que nossos pais nos conduziram, e onde estávamos tão enfadados, sem perceber que com os anos elementos eram agregados naqueles rituais que aos nossos olhos pareciam os mesmos.

Para seu deguste, oferecemos o texto delicioso que a professora mestra Analice Gomes de Lima Dias escreveu em seu guia de atividades de educação patrimonial em 2009. Partilhamos sua ideia e sentido (melhor seria dizer sentidos!) de educação patrimonial, incluindo os nossos cinco sentidos:

"E agora, para sintetizar tudo, Educação Patrimonial.

A professora me pediu para que escrevesse sobre o porquê desta escolha

> e agora, pensando nisso, vi como por influência deste curso fiz questão de revisitar minhas origens, meu processo de formação, minha própria história e tomei consciência de que estas memórias são meu patrimônio. Os filmes que vi, os lugares por onde andei, os poucos livros que li, os textos que escrevi e aqueles que só pensei. São sinais, marcas, dicas, peças de um quebra-cabeças que eu mesma elaborei. Incluo aqui as expectativas de dar conta das cem linguagens que um autor (Malaguzzi) disse que se tem e de como é possível se dar a intercompreensão entre os povos, que só se descobre estando, entrando em contato, pessoalmente, pela internet, através da palavra ou, quando esta falta, por um simples sorriso.
>
> São as pantomimas que aprendi na infância e que resgato num ato de desespero, as palavras que, por não dizer nada, dizem tudo a nós, não importa a nacionalidade nem a idade. Tudo que é sério pode ser hermético, mas o que é simples atinge a todos nós e o patrimônio cultural mais precioso é o riso, a alegria, que pode ser contagiante embora possa ser triste, grave, arte e de algum jeito afetante. Assim, é a educação dos afetos que nos impacta ao nos afetar, pelo sim ou pelo não, pelo belo ou não, pelo frio ou calor, pelo inóspito ou pelo odor, pelo vivido ou pelo narrado…" (DIAS, 2009, p. 7).

Acreditamos que essa citação de certa forma conclui nosso percurso reflexivo. Apenas reforçamos que o patrimônio cultural está em nós, somos nós, compreendê-lo e preservá-lo é uma forma de nos conhecer, respeitar e preservar, "pois um povo sem história é um povo sem memória", já dizia Mário de Andrade. Precisamos cavar a nossa história, reescrevê-la quando necessário, ressignificá-la quando isto for a única oportunidade de preservá-la, e assim nos mantermos vivos.

A nossa conversa segue, e dialogamos agora com a arqueologia, ciência irmã de outras áreas de humanas, com as quais tecemos nosso diálogo.



Foto 22 – Visita monitorada ao sítio arqueológico Domingos, durante o Curso de Educação Patrimonial realizado em Jequié. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



CAPÍTULO IV:
ARQUEOLOGIA: CONCEITOS



Foto 23 – Paisagem ocupada em período pré-colonial por caçadores coletores. Sítio arqueológico Morro do Frio, Tanhaçu – BA. Foto: Acervo C.A.L.O – FIOL.

Ms. Ludimilia Justino de Melo Vaz[9]

Há pelo menos 2,8 milhões de anos, a espécie hominídea começou a fazer instrumentos que pudessem auxiliá-la na transformação do meio ambiente em seu favor (ARSUAGA, 2005). Os *homo habilis* que viveram no Leste da África, certamente construiram abrigos utilizando troncos e galhos de árvores, adaptaram cascas de frutos ou carapaça de conchas para armazenar água e outros alimentos. No entanto, esses materiais abandonados ao relento pereceram não resistindo ao tempo. Sendo conservados apenas rochas lascadas que denunciavam um preparo intencional de um instrumento para talhar ou cortar, ou seixos com sinais de esmagamento que indicavam o uso para quebrar outra matéria, e ainda restos esqueletais que se conservaram em condições muito especiais.

No continente americano, os registros mais antigos do homem recuam a mais de 10 mil anos atrás, cujos restos esqueletais foram encontrados em diferentes países. No Brasil, na região de Lagoa Santa, a presença humana foi datada de 11.500 anos; no Sul do Chile, a 12.300 anos e no interior dos Estados Unidos por volta de 11.400 anos (NEVES e PILÓ, 2008). Estes são achados espetaculares considerando que especialmente no Brasil a umidade e alta acidez do solo impedem a conservação de vestígios dessa natureza (PROUS, 1992).

Luzia, o mais famoso esqueleto pré-histórico do Brasil, se conservou por milhares de anos, conforme reportado pelas pesquisas na região de Lagoa Santa, estado de Minas Gerais, onde foram encontrados sepultamentos humanos em grutas. As pesquisas de escavação nessa região, iniciadas no século XIX,

[9]Possui graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás (1990) e mestrado em Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (2005). Atualmente é pesquisadora em arqueologia da Fundação Aroeira e da Griphus. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase no período pré-colonial.

tiveram como primeiro estudioso o naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund[10]. Apesar de seu interesse estar voltado para a mega fauna, ele encontrou nos abrigos rochosos dessa região sepultamentos humanos que só muito mais tarde, quando as pesquisas foram retomadas no século XX, soube-se que eram de grande antiguidade (NEVES e PILÓ, 2008).

A população pré-histórica da região de Lagoa Santa se abrigava em grutas rochosas, vivia da caça e da coleta que era ofertada pelo cerrado, produzia instrumentos de rochas lascadas e pintava nas paredes rochosas. Um dos esqueletos escavados na década de 1970 por Annete Laming-Emperaire foi analisado vinte anos depois pelo biólogo e arqueólogo Walter Neves que, por meio da morfologia craniana, concluiu que o esqueleto feminino, apelidado de Luzia, era da raça negróide. Essa evidência ameaça a ideia de que o homem teria chegado no contimente americano atravessando o estreito de Bering aproveitando o baixo nível das águas oceânicas no último período glacial, há cerca de 15 mil anos. Apesar do demorado reconhecimento da comunidade científica internacional, hoje admite-se que a presença humana na América seja de migrações provenientes também do sudeste asiático, considerando a semelhança de Luzia aos aborígenes da Austrália e negros da África (NEVES e PILÓ, 2008).

Estudos sobre a pré-história fazem parte do campo da arqueologia. Essa ciência surge do interesse dos colecionadores sobre artefatos dos povos e das culturas antigas. Ainda no século XIX, eram reunidos vasilhames cerâmicos, machados de pedra polida, e outras ferramentas de metal, adornos e utensílios que eram encontrados em locais abandonados por povos desaparecidos. Dedicavam-se a organizar e conservar esses testemunhos do passado como expressão da arte e da cultura. Os esforços para classificar esses artefatos levaram à concepção de que a humanidade passou por diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico e social.

Pela etimologia da palavra, arqueologia define-se pelo estudo daquilo que é antigo. Do grego, a palavra está composta por "*Arqué*" que significa antigo, e "*Logos*" estudo, ou para nossa compreensão moderna, ciência. Compreende-se que o antigo corresponde estritamente a uma noção temporal, que se apresenta distante de nós. No entanto, essa temporalidade recuada expressa na etimologia da palavra arqueologia é relativa e pode abranger tanto os primeiros hominídeos como o passado recente, do qual queremos conhecer outras facetas.

[10]Naquela época Lund estava interessado em demonstrar a teoria das catástrofes múltiplas, tentava justificar a existência de uma fauna extinta, a mega fauna, propondo que a vida teria sido criada por Deus em mais de uma vez, ao contrário do que acreditavam os criacionistas.

Diferente da antropologia física que estuda o desenvolvimento biológico e a origem da espécie humana, a arqueologia busca descobrir como viviam os povos do passado estudando seus vestígios. A curiosidade, a respeito de como os seres humanos se desenvolveram, chegando aos nossos dias com alta complexidade tecnológica, tem movido o interesse dos estudiosos da antropologia, da arqueologia, e de tantas outras áreas do conhecimento tais como paleontologia, paleopatologia, ecologia, biogenética.

Para a compreensão desse passado remoto o arqueólogo baseia-se especialmente nos vestígios encontrados, que podem ser instrumentos de pedra, cerâmicas, pinturas rupestres, restos de fogueiras, restos esqueletais. Além disso, é preciso observar outras evidências, tais como o lugar onde os vestígios foram encontrados, a presença de acúmulos de rochas, a posição e profundidade do solo em que os restos esqueletais foram encontrados. Análises mais específicas buscam entender como os intrumentos de rocha foram lascadas e para que foram utilizados. Trabalhando em cooperação com a antropologia biológica e a arqueologia forensese é possível identificar o sexo, a idade e doenças dos indivíduos, pela análise dos esqueletos. Estas e outras evidências irão ajudar o arqueólogo a contar a história daqueles homens ou mulheres em seu tempo e espaço.

Investigando as dimensões espaço e tempo, o arqueólogo busca compreender aspectos culturais do comportamento humano. No período anterior à chegada dos conquistadores portugueses ao Brasil, que é chamado pré-história, diversos povos ocupavam o território Brasileiro. A arqueologia acadêmica que teve início no final da década de 50 e início da década 1960, quando foi realizado um levantamento amplo para conhecer os vestígios dessas populações. Uma das iniciativas foi dada pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), patrocinado pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ) e pela fundação Norte Americana *Smithsonian Institution*, desenvolvido sob a coordenação científica de Clifford Evans e Betty Meggers. O casal citado havia sido convidado para ministrar um curso no Brasil que direcionou a pesquisa de materiais arqueológicos cerâmicos para uma abordagem histórico-cultural. Por essa abordagem, então, buscou-se identificar as culturas pré-históricas, delimitar sua ocupação geográfica e temporal (PROUS, 1992).

Estes estudos foram fundamentais para o conhecimento do potencial arqueológico das regiões brasileiras, sendo definidos elementos culturais de dois modos de vida, os caçadores coletores e os horticultores da pré-história. As populações caçadoras coletoras eram nômades e faziam acampamentos em abrigos rochosos ou locais com disponibilidade de rocha para o lascamento. Os horticultores, por sua vez, viviam em aldeias e cultivavam certas espécies de

plantas comestíveis, tais como o milho ou a mandioca, que eram complementadas pela caça e coleta. Historicamente essas populações são os antepassados dos indígenas que estavam aqui quando os portugueses penetram o território.



Foto 24 – Sítio arqueológico Chapada dos Negros, Arrais - TO. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



Foto 25 – Instrumento lítico sendo reutilizado como peso de porta Quilombo Lagoa da Pedra, Arraias - TO. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

4.1. O trabalho arqueológico

Para entender como o arqueólogo trabalha, imagine um acampamento onde um grupo de caçadores passou algumas noites em torno de uma fogueira. Ali eles dormiram, comeram e prepararam suas armas. Depois de abandonar seu acampamento, todos os vestígios orgânicos se deterioram. Restando um amontoado de rochas que sustentava a fogueira, fragmentos de carvões, e lascas de rochas próximas ao local onde o caçador se sentou para preparar sua ponta de lança. Depois de um longo tempo de abandono, a chuva e o vento deslocaram grande quantidade de terra que foi soterrando esses vestígios.

A arqueologia emprega métodos e técnicas para resgatar as informações sutis que estão soterradas junto com os vestígios do passado. O quadriculamento da área é uma técnica que permite um controle maior da localização dos vestígios no espaço. Para a arqueologia o espaço é compreendido em três dimensões: comprimento, largura e profundidade.

Quando se quer registrar todos os vestígios que estão dentro de uma área é feito o quadriculamento usando barbantes e estacas, de modo a compor

uma grade com quadrículas de 1m², por meio dela fica mais fácil registrar como os vestígios estão distribuídos no espaço. A análise espacial permite conhecer concentrações e dispersões dos vestígios que podem corresponder a locais onde foram realizadas atividades continuamente.



Foto 26 - À esquerda e acima à direita, áreas de escavação compostas por quadrículas de 1m². Sítio arqueológico Morro do Frio, Tanhaçu – BA. Abaixo à esquerda, alicerce de edificação evidenciado pela escavação. Sítio arqueológico histórico Três Irmãos, Livramento – BA. Foto: Acervo C.A.L.O. - FIOL.

Utilizando-se do mesmo quadriculamento, pode ser realizada a escavação: essa técnica própria da arqueologia é empregada para conhecer faixas temporais ou cronológicas da ocupação de um lugar que foi utilizado por longo tempo para a moradia, tais como aldeias e abrigos.

Com pincéis e pequenas pás o arqueólogo remove o sedimento em finas camadas, coloca em um balde, e joga em peneiras de diferentes malhas, da mais grossas à mais fina, com isso ele poderá encontrar pequenos objetos, tais como contas ou sementes que passaram despercebidos durante a escavação. Tudo que é retirado da escavação é anotado e também faz-se um desenho ou croqui da posição da peça ainda no local.

Como a atividade humana gasta muitas fontes orgânicas, para se alimentar ou para fazer utensílios, a decomposição destes modifica a composição e coloração do solo. Assim, é possível observar a mudança da cor do sedimento

e supor quando uma ocupação começou e quando terminou. É o que se conhece por cronologia relativa, quando é possível compreender que uma coisa vem antes da outra, mas sem referências precisas de datas.

Datas mais precisas exigem testes em laboratórios especializados. Dois métodos são muito usados, a datação por Carbono 14 e a Termoluminescência. Para realizar o teste de C14 é preciso coletar uma amostra de material orgânico. Como estes são perecíveis, utiliza-se o carvão encontrado em fogueiras. No caso da Termoluminescência, o material datado é o cristal de quartzo que se encontra na cerâmica como elemento que está na composição da argila. Em ambos os casos, o teste de datação calcula o tempo decorrido da última queima pela qual o material passou, por isso são comumente usados fragmentos de carvão e cerâmica, uma vez que foram levados ao fogo. Esse intervalo de tempo é chamado de idade da mostra, e é essencial quando se trabalha com vestígios dos quais não se tem referências em documentos escritos, como os remanescentes pré-históricos. Mas não é necessária quando existem referências em documentos escritos.

As escavações também podem ser feitas para evidenciar estruturas que estão enterradas ou em ruínas. Além disso, casas, igrejas, muros e outras edificações arquitetônicas podem ser modificadas por reformas ou ampliações. Nestes casos as escavações dessas estruturas revelam os sinais das alterações realizadas. Durante as pesquisas os arqueólogos usam vários recursos para registrar cada procedimento, por exemplo fichas, etiquetas, croquis, fotografias, levantamento topográfico, modelagem 3D, e elaboração de mapas da distribuição dos vestígios. Esses registros são essenciais para que o arqueólogo possa recompor o espaço em laboratório.

4.2 Sítios Arqueológicos.

Como tem sido colocado, o trabalho do arqueólogo está centrado na cultura material (vestígios). Os locais onde são encontrados os vestígios das atividades humanas do passado são chamados sítios arqueológicos. Os sítios são delimitados de muitas maneiras e podem corresponder a acampamentos, aldeias, abrigos sob-rocha, vilas, cidades, fortes, apresentando, cada qual, particularidades de tamanho, conteúdo, complexidade e cronologia (GLAMBLE, 2001). Muitas vezes são delimitados pela dispersão dos materiais arqueológicos. No entanto, para compreender porque um determinado grupo ocupou um lugar é preciso estudar a paisagem do entorno do sítio arqueológico; este espaço que o envolve, é o mesmo onde as pessoas circulavam no passado, buscando recursos para a vida, tais como água, argila, rocha, madeira.

As análises da paisagem devem também prever mudanças naturais provocadas pelo clima, que podem alterar os aspectos da vegetação. Por outro lado, a atuação de um grupo cultural dentro de uma área também modifica o meio, desmatando, implantando cultivos agrícolas, cercando, abrindo estradas. Neste caso estamos diante de uma paisagem cultural.

Outros aspectos ainda podem estar envolvidos na relação entre o homem e a paisagem que ultrapassam a natureza como materialidade. Vista também como a terra *mater*, a paisagem ganha outros sentidos à medida que é apropriada pela população que nela se estabelece por períodos de longa duração (FAGUNDES; PIUZANA, 2010).

A arte rupestre é resultado dessa apropriação do espaço e da sua ressignificação. As pinturas ou gravuras que foram realizadas em abrigos ou paredões rochosos são o resultado de manifestações simbólicas da pré-história e que se integram à paisagem, transformando-a e dando-lhe novos significados. Um grande levantamento de painéis com arte rupestre foi realizado no estado da Bahia pelo arqueólogo Carlos Etchevarne (2007). Esse material, publicado no livro *Escrito na pedra: Cor, forma e movimento nos registros rupestres da Bahia*, apresenta uma relação de 110 sítios arqueológicos com pinturas rupestres registrados. O autor trabalha a ideia de fronteira gráfica da arte rupestre, delimitando áreas onde existe a recorrência de determinados grafismos. Os significados da arte rupestre são inatingíveis uma vez que a sociedade que os pintou foi extinta. Mesmo assim, sejam lá quais forem os limites e significados dessas fronteiras, eles fazem parte da composição de mundo, sejam elas políticas, culturais ou territoriais (ETCHEVARNE, 2007).

Grafismos pintados ou gravados na rocha são encontrados em todo o território brasileiro, os desenhos representam humanos, seres sobrenaturais, animais, plantas, armas e utensílios, e existem também figuras geométricas, símbolos desconhecidos que aparecem repetidos em muitos painéis rochosos. Funcionam como um sistema de significação, que se perdeu, mas que fazia referência ao mundo vivido e conhecido, seja ele natural ou sobrenatural (VAZ, 2006). Os locais com arte rupestre, frequentemente, eram acampamentos temporários ou de mais longa duração, havendo evidências materiais de ocupação no solo, tais como fogueiras, sepultamentos, restos alimentares e utensílios.

A arte rupestre deve ser estudada em conjunto com as evidências materiais encontradas no solo do paredão rochoso. Estas podem indicar como viviam seus autores, e em que período foi pintado. No abrigo Santana do Riacho em Minas Gerais, artefatos manchados de pigmento e bloco de corante raspado foram encontrados em escavação, apesar de não ser possível datar o pig-

mento, outros materiais que estavam associados foram datadas entre 10.000 e 8.000 anos antes do presente. No acampamento de caçadores coletores foram recuperados instrumentos de rocha lascada, restos alimentares – ossos de cervídeos, tatus e peixes -, e esqueletos de indivíduos jovens com colares feitos com sementes (GASPAR, 2003).

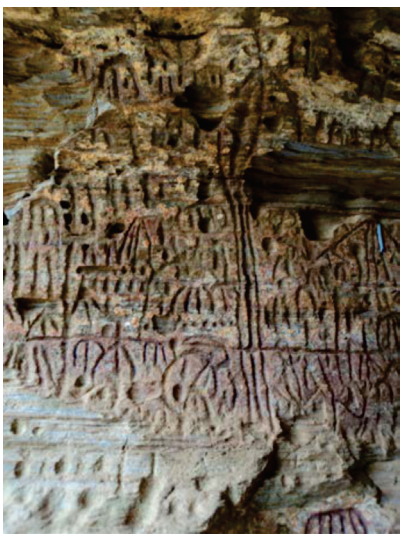


Foto 27 - Incisões na rocha, arte rupestre. Sítio arqueológico Moita dos Porcos, Caetité – BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Ao contrário da população nômade de caçadores coletores, as aldeias, residenciais de maior permanência, constituem sítios arqueológicos identificados pela grande quantidade de fragmentos de vasilhames cerâmicos. Como já foi dito, as investigações têm demonstrado uma grande diversidade cultural dos indígenas no Brasil em período pré-colonial que alcançou os dias atuais. A pesquisa arqueológica tem se empenhado em desenvolver novos métodos para o estudo dessas populações buscando compreender as tecnologias de produção de utensílios, mas também a organização social, o contingente populacional, as interrelações culturais e a interação com o ecossistema.

Eram povos distintos, cuja identidade cultural estava sendo registrada nas evidências materiais investigadas, os utensílios cerâmicos refletem particularidades do modo de vida, especialmente o consumo alimentar. A cerâmica arqueológica é classificada pela arqueologia em tradições culturais, com base na forma, tamanho, técnica de produção e tipo de decoração. O estudo permite melhor compreensão dos territórios de ocupação e permanência no espaço ao longo do tempo.



Foto 28 – Projétil encontrado no sítio arqueológico Sol Queimado, município de Manoel Vitorino-BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Para mencionar apenas alguns exemplos, a Tradição Aratu que desenvolveu o cultivo do milho, estava aparelhada com tigelas, potes e grandes vasilhames em forma cônica, esses últimos, utilizados tanto para o armazenamento de água, como para sepultamentos humanos. A cerâmica era geralmente lisa, sem decoração, algumas vezes recebia um banho de pigmento vermelho na superfície externa; outros utensílios cerâmicos eram produzidos, tais como pequenos vasos de forma dupla, semelhantes a duas tigelas unidas, cachimbos cilíndricos e rodelas de fuso.

Sítios arqueológicos da tradição Aratu são encontrados na Bahia, Tocantins, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e São Paulo. Tem-se trabalhado com a hipótese de que estes sejam antecessores dos grupos Macro-Jês, onde as aldeias eram formadas por cabanas dispostas em círculo em torno de uma praça central (PROUS, 1992).

A tradição Tupiguarani abrange uma ampla gama de sítios arqueológicos presentes nos estados litorâneos e na bacia amazônica, que estaria relacionada ao tronco linguístico Tupi, apesar de não ser possível fazer uma generalização sobre

essa correspondência, considerando a grande diversidade entre os povos Tupi-Guarani históricos[11]. A cerâmica arqueológica da tradição Tupiguarani é predominantemente decorada, de modo que os elementos decorativos distinguem estilos culturais. Ocorrem cerâmicas policrômicas elaboradas com padrões geométricos lineares pintados sobre fundo branco; o estilo decorativo em que o vasilhame recebe pintura na porção superior do vaso, conservando a inferior simples, e o corrugado que corresponde à decoração plástica que modifica a superfície da vasilha quando a argila ainda está úmida.



Foto 29 – Vestígios cerâmicos identificados em poço-teste que após validação foi objeto de resgate arqueológico.

O breve comentário sobre a tradição Tupiguarani que aqui se apresenta, de modo algum faz jus à sua importância e complexidade. Uma calorosa discussão tem animado os arqueólogos que questionam a diversidade étnica que havia dentro destas características regionais que estão expressas nas chamadas tradições arqueológicas. Estudos generalizados como esses, que estão correlacionando cultura e território, não podem dar conta da complexidade dessa questão. Segundo a arqueóloga Tânia Lima a arqueologia busca semelhanças na cultura

[11]Para distinguir a tradição Tupiguarani estabelecida com base na cerâmica arqueológica, dos povos historicamente conhecidos de língua tupi, usa-se o termo tupiguarani sem hífen, diferenciando dos povos Tupi-guarani históricos, com hífen.

material para remeter etnicidade às evidências arqueológicas, desprezando o seu sentido mais subjetivo:

> Ora, se etnicidade é uma construção subjetiva no processo de interação social, um mecanismo subjetivo de auto-identificação pelo qual se estabelecem relações de afinidade e pertencimento a um determinado grupo, isso a torna um domínio opaco para a arqueologia (LIMA, 2001, p. 13).

Para agravar a discussão, a história dos povos indígenas está repleta de interações intergrupais, que acontecia na forma de casamentos, troca de produtos, invasões. Uma evidência de interação intergrupal é constatada quando vasilhames cerâmicos decorados atribuídos à tradição Tupiguarani são identificados em aldeias arqueológicas de grupos culturais distintos, sugerindo que esses interagiam não se sabe se de forma amistosa ou hostil (VIANA, et al. 2013).

Mesmo a etno-história que investiga a continuidade da pré-história para a história indígena relata as mudanças incorporadas ao longo do tempo. A pesquisa desenvolvida entre os Bororo sugere uma origem resultante da fusão de grupos étnicos e culturais distintos para os Bororo do Sudoeste do Mato Grosso (WÜST, 1992). Nessa perspectiva, fica claro que quanto mais nos aprofundamos no estudo da pré-história do Brasil, mais ela se revela por sua riqueza cultural, e mais se torna complexa.

4.3 A arqueologia histórica

Como já o dissemos, a chegada dos conquistadores europeus ao Brasil marca o início do período histórico. De fato existem muitos relatos sobre o processo de colonização, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha como primeiro documento enviado a Portugal dando notícias do descobrimento. No entanto, nem tudo se encontra registrado. A arqueologia histórica atua de forma a preencher as lacunas deixadas pela falta de informações textuais, mas também desenvolve seus próprios questionamentos para alcançar a faixa da sociedade que se encontra fora dos livros de história.

Os temas da arqueologia histórica estão relacionados com os fatores econômicos e sociais que conduziram à formação do povo brasileiro, a exploração do ouro, a dependência da mão de obra escrava, a interiorização da população, a agricultura e a pecuária. Mas a arqueologia, e principalmente a histórica, busca entender estes assuntos em suas particularidades, interessan-

do-se também por produções artesanais que sustentavam uma economia local, pelas diferentes maneiras de morar, de enterrar os mortos e, especialmente, por diferenças sociais que estão representadas na cultura material.

Para compreender melhor o campo da arqueologia histórica, destacamos as grandes fazendas do período colonial que estavam voltadas para a monocultura de determinados produtos que atendiam o mercado de exportação: foi assim com a cana-de-açúcar, o café e o cacau entre outros.

Sob o foco da arqueologia destacam-se na investigação de fazendas coloniais a organização social, a dinâmica cultural e os aspectos tradicionais, e importa descobrir as decisões humanas que transformaram a paisagem do local. De modo que o sítio arqueológico vai abranger as edificações e as estruturas que caracterizavam o espaço rural, casa sede, senzala, paiol, forno, curral, cercas, muros de pedras, entre outros. Cada um desses, feito em seu tempo e com finalidade própria. Os fazeres tradicionais se mantêm nas edificações antigas, enquanto outras mais recentes iam se agregando à paisagem rural.

Os testemunhos remanescentes, mais sólidos e duradouros, tendem a sobreviver ao tempo, tais como as casas construídas com materiais construtivos de maior durabilidade e os muros e outras estruturas de pedra. A pesquisa interessada em tais referências poderiam se limitar à representação da situação econômica e do poder local. Alguns estudos nessa ordem tomam a casa como artefato focando a análise nos aspectos morfológicos e de organização e distribuição dos setores domésticos. Por outro lado, esta proposta tende a explorar a cultura material dos proprietários da terra como agentes principais das relações sociais (RUBERTONE, 1984).

A arqueologia histórica, no entanto, atua de modo a compreender as diferenças sociais que ocorrem no contexto. A aplicação de técnicas arqueológicas de escavação retira da obscuridade os registros mais frágeis, muitas vezes associados a casebres e unidades de serviços ocasionais. Ainda assim, é necessário que a pesquisa esteja direcionada para um conjunto de questões e interesses sobre as relações estabelecidas entre os diferentes grupos sociais, a fim de abarcar a presença marcante dos trabalhadores, das diferenças étnicas e das relações sociais de dependência.

Nas zonas urbanas, a arqueologia se interessa em desvendar as estruturas que foram sobrepostas pelas novas construções, trazendo à tona ruas, praças e monumentos ou escavando fundo de quintais para conhecer os costumes já abandonados. Como o período histórico está mais próximo a nossos antepassados, a arqueologia histórica revitaliza a memória e promove a valorização do patrimônio cultural brasileiro.

4.4 As leis que regem o Patrimônio Arqueológico

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) expressa de forma clara a amplitude do patrimônio cultural:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I. as formas de expressão;
> II. os modos de criar, fazer e viver;
> III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Na definição acima, faz referência à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira, assumindo assim a diversidade cultural existente. A arqueologia contribui para formação dessas referências resgatando testemunhos e ressignificando-os.

Por envolver os bens patrimoniais da nação, as pesquisas arqueológicas só podem ser executadas mediante autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal responsável pela fiscalização e outorga das pesquisas arqueológicas científicas. Os locais de interesse são cadastrados pelo arqueólogo no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), para serem fiscalizados, protegidos e preservados.

Além disso, a Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, coloca os sítios arqueológicos sob a proteção do poder público, proibindo qualquer aproveitamento econômico do local sem que sejam devidamente estudados[12]. Devido ao desenvolvimento dinâmico do país, obras de grande impacto ambiental e social como a construção de usinas hidrelétricas, ferrovias, rodovias, loteamentos têm solicitado licenças aos órgãos competentes para a realização das obras, que são concedidas mediante o levantamento e resgate dos sítios arqueológicos.

Estes esforços têm incrementado a arqueologia no Brasil, bem como gerado ações de Educação Patrimonial e alimentado museus e casas de cultura com as coleções de objetos resgatados nos sítios arqueológicos. Pinturas rupestres,

[12] Outras normativas regulam a proteção do patrimônio arqueológico, das quais citamos a resolução CONAMA, as portarias e memorandos do IPHAN.

vasilhames cerâmicos, pontas de lança, machados polidos e outras fascinantes relíquias da pré-história nos levam a pensar como eram as sociedades que as produziram. A ideia de um homem de cabelos despenteados vivendo nas cavernas é uma construção do imaginário que talvez esteja bem distante da realidade daqueles aqui viviam antes da chegada dos colonizadores. Podemos conhecer mais sobre a pré-história através das investigações arqueológicas e entender a diversidade cultural dos povos indígenas. Como um dos pilares das matrizes culturais brasileiras, os povos indígenas estão presentes na genética e na cultura, como estão também os europeus e os africanos e tantos outros que em período pós-colonial contribuíram para a diversidade cultural e toda a pluralidade deste país de grandes dimensões territoriais.

Enfim, a arqueologia preocupa-se em compreender grupos humanos do passado que estão esquecidos por falta de informações, usando como meio de conhecê-los os vestígios ou sinais deixados durante suas vidas nos lugares por onde passaram; está intimamente ligada às lembranças ou ausência delas e às indagações sobre o desenvolvimento e a adaptação à diversidade, seja ela ambiental ou cultural.

Tentamos demonstrar aqui que a materialidade da produção humana representa ou está carregada de significados que foram elaborados socialmente para viver e para compreender o mundo habitado. A cada novo achado, mais questionamentos vão sendo levantados sobre a capacidade humana de produzir cultura e transformá-la na narrativa lógica que sustenta a existência humana. Vista como a ciência que estuda o passado cultural da humanidade, a arqueologia tem ampliado seu enfoque tornando-se mais científica, crítica e questionadora, atuando como os colecionadores, na proteção e conservação das referências significativas do passado da humanidade como legado para as gerações futuras; mas também, na compreensão dos significados da cultura material.



Foto 30 – Sítio de Pintura Rupestre Gruta dos Tapuios, localizado no município de Taguatinga-
-TO. Foto: Acervo C.A.L.O - FIOL.



Foto 31 - Escavação arqueológica realizada no sítio arqueológico Três Irmãos, em Ubiraçaba.
Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

CAPÍTULO V:
ESTAÇÃO CULTURA E SUA APLICABILIDADE



Foto 32 – Produção de potes de cerâmica. Foto: Acervo C.A.L.O - FIOL.

Dra. Rosinalda C. S. Simoni[13]

5.1 - Estação Cultura

O Programa de Educação Patrimonial Estação Cultura foi direcionado às comunidades locais dos municípios atingidos pela construção da Ferrovia Oeste-Leste, nos estados da Bahia e Tocantins, e buscou-se enfatizar a consciência participativa dessas comunidades e o compromisso dessas populações com os seus patrimônios culturais. O curso procurou por meio de atividades educativas promover a sensibilização da população sobre a importância da valorização e da preservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico. No planejamento deste curso optou-se por fazê-lo para um público mais restrito, porém, previamente selecionado, levando em consideração que os participantes se tornassem agentes multiplicadores do conhecimento adquirido, formando assim uma rede de multiplicadores patrimoniais.

A inclusão de programas de Educação Patrimonial em projetos de impacto ambiental visa o cumprimento das exigências legais previstas na Lei 3924/61 e na Portaria 230/02, que tem por objetivo a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil (BASTOS et al., 2005). Essa preocupação com a divulgação dos resultados das pesquisas científicas para o público em geral encontra respaldo na Lei 3924/61 que procura levar ao público o conhecimento produzido sobre o patrimônio arqueológico. Isso não é nenhuma novidade, o que mudou, desde então, com essa lei, foi a forma de apresentar o conhecimento produzido a respeito da herança cultural para os cidadãos brasileiros. A partir dela a educação

[13]Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arqueologia e Doutora em Ciências da Religião pela PUC Goiás. Área de Atuação: História, Arqueologia Pública e Antropologia. Contadora de histórias e Arte educadora.

patrimonial deixou de ser apenas importante, e passou a ser urgente, isto é, devido à crescente destruição de sítios arqueológicos, foram criados dispositivos legais com portarias e leis que respaldam tais ações educativas e patrimoniais.

É preciso lembrar que desde o começo da preservação histórica no Brasil, a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional tem sido justificada pela identificação de uma situação de desaparecimento e destruição de monumentos, sítios históricos e pré-históricos, além de obras de arte. Por isso, acreditamos que a solução está na educação para o patrimônio cultural tendo em vista que para se pensar em preservação desse patrimônio é necessário primeiramente conhecê-lo,e conhecendo, amá-lo, para que assim se mantenha preservado para e pelas gerações futuras.

Para Bruhns (2004), a Educação Patrimonial é essencial na pesquisa arqueológica, devendo acompanhar as etapas dos trabalhos de campo com o objetivo de planejar a melhor forma de devolução dos resultados adquiridos às comunidades afetadas pelo empreendimento. Vale ressaltar que para a salvaguarda do patrimônio arqueológico é fundamental a realização de ações educativas que incentivem as comunidades a valorizar e a preservar esse patrimônio. Neste sentido, fazem-se necessárias as ações de Educação Patrimonial nas áreas de influência do projeto, buscando a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro em atendimento às diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em se tratando do Programa em questão, ele foi pensado e executado no intuito de atender aos seguintes objetivos:

1- Apresentar as pesquisas arqueológicas que foram desenvolvidas no âmbito do projeto de Levantamento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

2- Desenvolver ações educativas que buscassem a promoção e o reconhecimento do patrimônio arqueológico (pré-histórico e histórico) pelos trabalhadores vinculados ao empreendimento e pela comunidade local; e para essas ações foram elaborados materiais de sensibilização e divulgação entregues durante o curso (folder, banners, camisetas, postal, jornal, gibi temático.

3- Criar uma rede de parceiros e multiplicadores patrimoniais através das ações do programa.

4- Apresentar os conceitos que envolvem o patrimônio cultural, através de palestras, oficinas e cursos para agentes culturais, professores, trabalhadores e comunidade dos municípios impactados pela implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste;

5- Montar exposições com material arqueológico das áreas pesquisadas, abor--dando a temática trabalhada, com ênfase no patrimônio arqueológico da região.

6- Organizar visitas monitoradas aos sítios arqueológicos, com o objetivo de promover a familiarização dos multiplicadores com a disciplina abordada.



Foto 33 – Banner utilizado nos Cursos de Educação Patrimonial. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



Foto 34 – Postal, com fotografias dos Patrimônios Culturais do Estado da Bahia, distribuído nos Cursos de Educação Patrimonial. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



Foto 35 – Postal, com fotografias dos Patrimônios Culturais do Estado da Bahia, distribuído nos Cursos de Educação Patrimonial. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



Foto 36 – Folder educativo distribuído nas Ações de Educação Patrimonial destinado aos trabalhadores envolvidos com a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



Foto 37 – Folder didático distribuído nas Ações de Educação Patrimonial realizadas no Estado do Tocantins. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

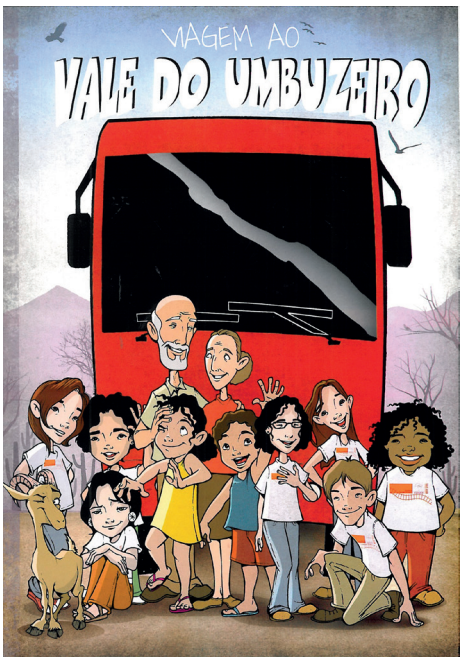


Foto 38 – Capa do gibi Viagem ao Vale do Umbuzeiro. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

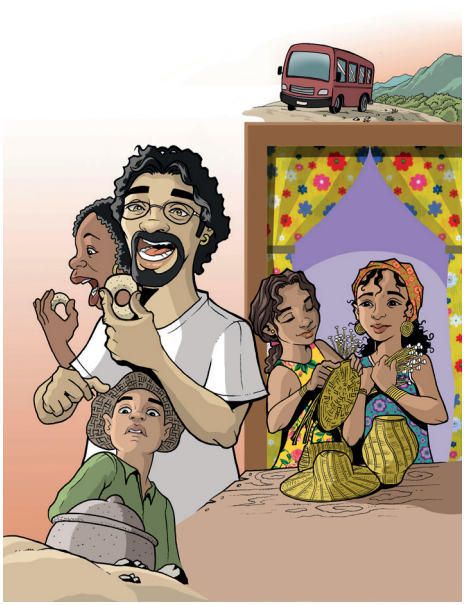


Foto 39 – Capa do gibi Tocantins.

Na busca de alcançar esses objetivos foi montada uma equipe multidisciplinar onde Arqueólogos, Gestores Patrimoniais, Antropólogos, Historiadores e Pedagogos buscaram entrelaçar conceitos partindo do mesmo princípio: o patrimônio cultural, em especial o arqueológico.

Ressaltar que não se pode falar de patrimônio arqueológico, sem mencionar cultura, identidade, memória e história. Assim, o curso partiu da multidisciplinaridade para atingir seu objetivo de levar os participantes a repensarem os seus conceitos e a suas relações com sua história através de seu patrimônio cultural.

5.2- A Aplicabilidade

A Educação Patrimonial, os conhecimentos arqueológicos e antropológicos oferecem aos trabalhadores da Educação, aos alunos e à sociedade de um modo geral, uma nova gramática para construir uma civilização de valorização das riquezas culturais e humanas. Tudo isso se reflete em valores como respeito às pessoas e ideias, na convivência e conservação dos saberes e bens culturais diversos. Quanto mais vivemos o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico, mais urgente se torna a necessidade de buscarmos e encontrarmos uma harmonia na complexidade das diferenças. Nesse contexto, programas educativos como este, apresentado neste manual (Programa de Educação Patrimonial Estação Cultura), se faz ainda mais necessário, pois abrem diálogos que ajudam a educação dialogar e se integrar de conceitos que tanto enriquecem a educação formal e que se fazem necessários para que não percamos de vista nossas raízes.

Quando se pensa em uma estação pensa-se em uma parada em um lugar estático; ai você acrescenta a palavra cultura e tudo ganha movimento e vida já que a cultura não se faz sozinha, é feita, desfeita e refeita, como tudo que envolve os seres humanos, que se criam e recriam com o passar dos anos e se ocupam em modificar os espaços por onde passam. Então, a escolha desse nome para um programa de educação patrimonial não vem apenas do fato de que esse programa está ligado a um projeto de construção de uma ferrovia e com ela várias estações; mas pela dinamicidade que o nome traz pela tempestade de ideias que nos provoca à primeira vista. Ideias, que às vezes se contradizem, e outras vezes, se completam.

O curso de multiplicadores patrimoniais foi dividido em módulos para facilitar o entendimento da proposta temática. Isso não quer dizer que a divisão didática e organizativa em tópicos e o planejamento das atividades tenha suplantado a realidade, engessando-a. Os interesses, dúvidas, e propostas dos

participantes foram sempre acolhidos pela equipe, e incentivados. Os assuntos e narrativas surgidas eram conduzidos, ou redirecionados para o foco das atividades, dentro das metas e objetivos e estabelecidos para a Educação Patrimonial. Foi uma preocupação constante da equipe, o respeito aos interesses individuais, devidamente reconhecidos, para favorecer o aproveitamento coletivo na vivência de um processo educativo democrático e libertário. Esse modo de condução possibilitou que em algumas comunidades surgissem verdadeiros fóruns de debate sobre questões patrimoniais locais, e que se formassem ali o começo de comitês que seriam constituídos em outro momento e espaços. A educação dialógica possibilita a participação, criando a agência à medida que devolve e partilha responsabilidades na busca de soluções e transformação das realidades.







Foto 40 – Cursos de Educação Patrimonial realizados em Arraias-TO, Figueirópolis-TO e Paranã-TO, respectivamente. Foto: Acervo C.A.L.O – FIOL.

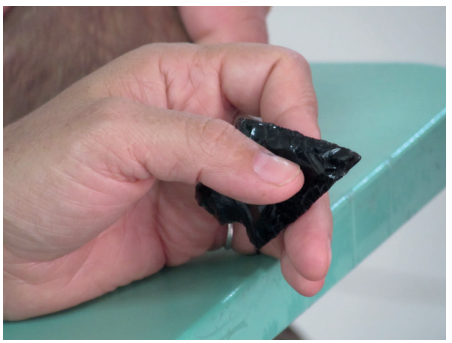






Foto 41 - Cursos de Educação Patrimonial nos municípios da Bahia. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Segundo Certeau (2005), o ensino vacila entre duas alternativas: ou se entrincheira no saber, e apenas na transmissão, ou decide entrar com os alunos no jogo das relações de sedução e poder, assumindo a contextualização dos conceitos, os conflitos e os desafios do grupo.

No lugar da aprendizagem, a escola, no nosso caso, o curso de Educação Patrimonial, as oficinas e a visita aos sítios arqueológicos:

> se põem em ação uma articulação entre o saber técnico e a relação social e onde se efetua, graças a uma prática coletiva, o reajustamento necessário entre modelos culturais contraditórios. É uma tarefa limitada, mas faz com que a escola participe do trabalho, muito mais vasto, que designa hoje a "cultura" (CERTEAU, 2005, p.129-130).

Um grupo de participantes do curso de Educação Patrimonial, na verdade, se constitui em uma comunidade investigativa, no sentido filosófico. Todas as ações foram pautadas na pergunta: Como se entende patrimônio cultural? Essa reflexão pode ir do local ao universal, da parte ao todo, do individual

ao coletivo.Pensamos o Patrimônio Cultural dentro de um modelo orgânico. Como expressão do que é e do que será, ou ainda, do que poderia vir a ser, em seus sentidos, sua polissemia, significados e ressignificações.



Foto 42 – Aulas de Educação Patrimonial em diferentes municípios da Bahia. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

Durante o desenvolvimento do curso procuramos valorizar o espaço e o tempo, como as categorias primordiais para trabalharmos nossa temática. O "espaço", além de fonte de informação, é referência tanto cultural, quanto

social e econômica. Através dos objetos, monumentos e paisagens, tradições, fazeres e saberes, faz-se referência juntamente às categorias sociais, valores e hierarquização de valores, seleções individuais e grupais dos patrimônios, o que também pode-se entender como cultura. Nada é tão fundamental, justamente com as relações de tempo, quanto a organização espacial, segundo a qual se classifica, se distribui e se pensa tudo "que acontece" (CERTEAU, 2005, p. 127).

A cultura é um conceito-chave definido basicamente como comportamentos, instituições, ideologias e mitos que formam os quadros de referências de uma sociedade, e é o conjunto desses referenciais que a caracterizam como diferente e única em um determinado tempo e espaço (TYLOR, 1871). A discussão sobre cultura e seus termos, durante o curso nos possibilitou entrar no campo de possibilidades estratégicas e políticas, caminhar sobre um terreno de palavras instáveis onde a cultura perpassa por comportamentos, dizeres e fazeres, que compõem nosso patrimônio cultural histórico e pré-histórico. A equipe buscou salientar os conceitos-chave já refletidos aqui desde o início de nossa conversa, na perspectiva da inclusão de vários conteúdos para instrumentalizar os professores em suas práticas pedagógicas e em seus procedimentos de ensino, buscando sensibilizá-los para que repensem suas relações sociais, seus sentimentos de pertença ao local e o seu patrimônio cultural. Para isso, além das reflexões teóricas, foram usadas técnicas de Arte-Educação, com dinâmicas que possibilitam ao indivíduo e ao grupo momentos de trabalho com o corpo, e expressão de sensações, memórias afetivas e históricas.

Para a execução do curso foram ultilizadas duas metodologias na primeira ultilizada na Bahia foram selecionados cinco municípios-sede onde a equipe buscou com a ajuda das Secretarias de Educação e Cultura, mobilizar os municípios vizinhos para que os participantes se locomovessem para as cidades sede para participar do curso de formação. O curso de 25h/aula passou por cinco municípios do estado da Bahia atingindo diretamente 200 pessoas e indiretamente cerca de 1.000, levando em consideração que cada professor que participou do curso possui aproximadamente 45 alunos cada. Tivemos pouco tempo para a realização da Educação Patrimonial, já que entendemos a Educação como um processo de construção que suscita reflexões, conceituações, quebra de paradigmas e legitimação de outros, todos esses, feitos na dialogicidade; e o diálogo denota tempo. Tempo cronológico e tempo psicológico, no sentido de que o indivíduo, e os grupos têm o próprio tempo nessa construção. Na percepção da equipe responsável pela Educação Patrimonial o resultado da ação foi altamente positivo. Os objetivos foram cumpridos de maneira satisfatória.

Em si tratando da segunda metodologia a mesma foi aplicada nos municípios do Tocantins, e consistiu na alteração das horas aulas, que passou para 8h/aulas. Essa mudança aconteceu para atender a solicitação dos municípios, pois os mesmos dispunham de pouco tempo para finalizar as atividades da grade curricular. Para a equipe a ação foi válida e alcançou os objetivos propostos; Isto pode ser percebido não só nas avaliações orais realizadas ao término de cada dia de trabalho, mas também nas avaliações finais feitas ao final de cada curso. Essas avaliações eram feitas de forma oral, nas rodas de conversas, e também escrita, onde os participantes respondiam um questionário produzido pela equipe no intuito de avaliar a execução do curso, a metodologia utilizada, e recolher sugestões.

Nessas rodas de conversas, o grupo pode devolver aos coordenadores de cada módulo, suas dúvidas, descobertas e conquistas no campo do entendimento a respeito do patrimônio cultural. Neste momento, é possível reafirmar os conceitos trabalhados e modificar os equívocos existentes. No processo de avaliação evidenciou-se a necessidade de um trabalho de preparação dos professores e agentes culturais das cidades. Essa necessidade foi reconhecida pelo grupo várias vezes e sentidos firmar-se um desejo positivo pela continuidade da formação e pela implementação de ações no âmbito de Educação Patrimonial em suas Secretarias municipais e escolas. O envolvimento dos participantes. Isso pode ser constatado na frequência dos participantes, com evasão mínima, sempre momentânea e justificada e em alguns casos com um aumento no número de participantes no decorrer das atividades. Esse foi um dos principais marcadores avaliativos da aceitação do curso e de sua metodologia.

As reflexões teóricas e as dinâmicas que compuseram as oficinas como as de identidade e memória, foram de grande importância para a compreensão do patrimônio e para a interiorização desse conceito e tiveram como intermediação, as histórias de vida, a família e o afeto. Neste sentido, a contextualização no espaço e no tempo também aparecem como categorias fundamentais para o diálogo entre as disciplinas, e de maneira prática. Daí a importância da composição interdisciplinar da equipe, onde gestores do Patrimônio, Antropólogos, Arqueólogos e Historiadores articularam a prática pedagógica. Isto permitiu uma boa comunicação, fluição das informações, interação, sensibilização para os temas tratados, e aproximação do mundo em sua concretude. O sujeito através de seus sentidos, como sensorialidade, e da apropriação de conceitos e conhecimentos pode se reconhecer e reconhecer sua realidade e suas histórias de maneira mais completa. Empoderado desses instrumentos, o sujeito tem a possibilidade de resgatar os tesouros de sua história, construir sua cultura e ser agente articulador da preservação de seu patrimônio cultural.

Pensar a Educação Patrimonial de forma articulada assim, permite a superação de dicotomias entre teoria e prática, passado e presente, o "velho", e o "moderno" e promove a dialética entre o conhecimento aprendido e a sabedoria apreendida, formando educadores e educandos mais reflexivos e críticos. Esta formação promove a cidadania de maneira ampla, e de modo específico na questão do reconhecimento, da valorização e da preservação do patrimônio cultural. Tudo isto foi perceptível durante os depoimentos onde foi possível observar a dimensão cooperativa promovida no curso, realizada em sua concepção horizontalizada de educação, permitindo a diversidade de ideias e concepções no diálogo democrático. Isto porque quando refletimos sobre arqueologia, história e memória, através do patrimônio afetivo, partindo do individual ao universal nos potencializamos para a resolução dos problemas concretos que envolvem esta questão, como: conservação, restauração, eleição do que é patrimônio para cada indivíduo e para a comunidade; e ainda podemos reelaborar conceitos sobre permanência, transformação e dinamismo cultural, levando em consideração fatores econômicos e sociais, entre outros. Esses são elementos constitutivos e estruturais desta pedagogia de Educação Patrimonial escolhida por nós: A corporeidade e manualidades nas dinâmicas; o diálogo e a história real, na intermediação do material; e uma intrínseca afetividade na condução do curso. Esta atitude significa preparar e oferecer o ambiente propício para que, na abertura e na confiança, se estabeleça uma relação de aprendizado e reflexão sobre a importância do patrimônio cultural na vida individual e coletiva. Nesse processo de aprendizado, o corpo, o encontro, as diferenças, o modo, a confiança, vida morte, afeto, choro e riso, individualidade, coletividade e cultura se relacionam com a percepção de espaço(s), tempo(s), categorias, conhecimentos, valores, representações, códigos culturais e noções de sabedoria e felicidade. Da articulação de todos esses fatores, bem urdidos através das dinâmicas individuais e grupais é que se tece, no nosso entendimento, um bom trabalho de Educação, no nosso caso Educação para o Patrimônio. A parte prática do curso foi vivenciada através das oficinas; que foram oficina de memória, oficina de pintura rupestre, oficina de colcha de retalhos, oficina de monumento, oficina de análise do lixo, e oficina de análise de vestígios arqueológicos. Aterrei-me em descrever a experiência de duas dessas oficinas buscando abordar o que para mim foi o mais expressivo, a primeira a ser descrita será a **Oficina de Monumento**: Um monumento, segundo a definição do dicionário Aurélio, é uma estrutura ou uma obra construída por motivos comemorativos, simbólicos e serve para transmitir a recordação de alguém ou de algum fato histórico. Eles são geralmente construídos com a intenção de tornar concreto os fatos e acontecimentos para um grupo, ou nação, partindo dessa definição essa oficina visa, reconhecer os nos-

sos monumentos locais e pessoais, após a conceitualização os participantes são convidados a concretizar através da argila, um monumento que tenha para eles um valor simbólico, afetivo ou histórico. Em seguida os resultados são socializados entre os participantes ali eles apontam qual o seu monumento, qual a sua importância simbólica. Após isso, o (a) professor (a) faz algumas considerações a respeito dos monumentos relacionando-os com o bairro, a cidade, a região e a paisagem cultural. Foi possível perceber durante a execução dessa oficina as diversas visões sobre patrimônio cultural e sobre tudo foi possível mapear os monumentos culturais eleitos pelo grupo, alguns monumentos por vezes nunca haviam sido citados.



Foto 43 – Oficina de Monumento realizada durante o Curso de Educação Patrimonial, município de Caetité-BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.

A próxima oficina a ser descrita é a **oficina de Colcha de retalhos**. Essa oficina executada durante o módulo de antropologia cultural, teve como objetivo mostrar aos alunos como nossas memórias são constituídas e qual a importância delas para construção de nossa identidade, e a eleição de nosso patrimônio cultural. Para isto, após teorizar, o professor sugeriu que os alunos buscassem em sua memória individual, uma vivência, um acontecimento relacionado a um Patrimônio Cultural de sua cidade ou região. Depois sentados em círculos os participantes receberam um recorte quadrado de TNT em cores variadas onde eles desenharam ou escreva a sua memória em relação a um Patrimônio Cultural de sua região. Após esse momento cada participante falou sobre a memória descrita, e costurou seu fragmento de TNT ao fragmento maior, que estava localizado no centro do círculo esse fragmento maior simbolizava a cidade a região em questão, formando assim, uma colcha de retalhos, uma colcha de memórias individuais que formam a memória coletiva do grupo, e expressa a relação dos mesmos com seu Patrimônio cultural.



Foto 44 – Oficina Colcha de Retalho realizada durante o Curso de Educação Patrimonial, município de Caetité-BA. Foto: Acervo C.A.L.O. – FIOL.



Foto 45 – Curso de Educação Patrimonial realizado no município de Taguatinga-TO. Foto: Acervo C.A.L.O - FIOL.

CONCLUSÃO

Não acredito em frases que terminam com a palavra final, digo não, quando se trata de relações humanas, sejam elas educacionais ou não, acredito em palavras que deixam em aberto, que dão espaços para mudanças em conceitos inacabados então considero este livro em aberto, inacabado em processo de construção, as próximas linhas as considerações deste manual (guia) serão escritas por vocês, cada vez que fizeram uso desse manual para alguma atividade uma nova consideração será acrescentada a essas páginas, e com certeza mais um patrimônio cultural será salvo, nessas páginas deixamos nossa contribuição para essas considerações, e agora é a sua vez, de fazer do seu patrimônio cultural o nosso.

GLOSSÁRIO

Adornos: adereço, enfeite, decoração pessoal (BUONFIGLIO, 2003).

Artefatos: todo e qualquer objeto produzido pelo homem.

Biogenética: *(bio)* teoria segundo a qual os vários estágios do desenvolvimento de um indivíduo, do nascimento à maturidade *(ontogenia)*, recapitulam a história evolutiva da sua espécie, *filogenia* (MICHAELLIS, 2012).

Caçadores: povos que caçam para subsistência e, consequentemente, produzem materiais específicos para essa prática (GOULART, 2012).

Cervídeos: animais mamíferos e herbívoros, da família dos cervos (cervos, veados, alces).

Coletores: povos que coletam o seu alimento, como plantas e frutas do meio ambiente em que vivem, ou que estão de passagem (GOULART, 2012).

Ecologia: ciência que estuda as interações entre os organismos e seu ambiente. A palavra vem do grego "*oikos*", que significa casa, e "*logos*", significa estudo (LAGO & PADUA, 1989).

Escavações: recursos para descobrir evidências sobre a evolução da História no mundo através dos vestígios que ficaram enterrados por conta da ação do tempo (ANATI, 1968).

Estanque: ato ou efeito de estancar, vedar, tapar, isolar.

Ethos: espécie de síntese dos costumes de um povo (GEERTZ, 1989).

Etnocentrismo: visão de mundo na qual determinado indivíduo ou sociedade tende a colocar a sua cultura como sendo superior aos demais culturas e grupos humanos (ROCHA, 1984).

Forno: obra de pedra ou tijolo de forma abobadada, que serve para cozer diversas substâncias ou para produzir temperaturas muito elevadas (BASILICO, 2007).

Grafismo: técnica que consiste na elaboração de traçados, desenhos, anteriores à escrita e que serviam tanto para comunicação quanto para a representação do cotidiano (MICHAELLIS, 2012).

Holística: vem do grego *hólus* e significa completo, todo, inteiro, global. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Holismo)

Horticultores: povos horticultores são aqueles que produzem o seu próprio alimento (GOULART, 2012).

Labuta: diz-se do trabalho realizado diariamente, dos afazeres do cotidiano (NETO, 2012).

Megafauna: termo que se refere a todos os animais terrestre e aquáticos de grandes proporções, não domesticados e já extintos (http://www.oeco.org.br/dicionarioambiental/tag/dicion%C3%A1rio%20ambiental)

Multiculturalismo: termo utilizado para descreve a existência de muitas culturas numa região, cidade ou país (OSSAMI, 2006).

Negroide: grupo pretérito formado pelas populações originárias do continente africano e que ali permaneceram (NAVARRO, 2014).

Nômades: povos, pessoas, sem residência fixa, andantes (GOULART, 2012).

Paiol: espaço que serve como depósito de palhas e alimentos (MICHAELLIS, 2012).

Paleontologia: ciência que estudos os fósseis de vidas pré-históricas, ou seja, estudos da vida antiga a partir das evidencias existentes no solo e nas rocha. (http://www.ufrgs.br/paleodigital/Introducao1.html)

Paleopatologia: é a ciência que estuda as doenças do passado de seres humanos ou de outros seres vivos por meio de fósseis conservados no solo ou nas rochas (CURATE, 2005).

Pluriétnica: diversidade de várias culturas ou raças que se relacionam constantemente ou esporadicamente (OSSAMI, 2006).

Quermesse: festividade religiosa geralmente ligada a uma tradição e devoção popular (MICHAELLIS, 1998).

Raça: corresponde aos aspectos biológicos, as diferenças físicas que fazem que um determinado grupo social seja identificado e diferenciado (NOGUEIRA, 2006, STRAUSS, 1978 [1952], SCHWARCZ,1993).

Racismo: ação preconceituosa e de discriminação social baseada em percepções que tem como justificativa as diferenças biológicas entre os povos (NOGUEIRA, 2006).

Relativismo: método de pesquisas antropológicas, para observar sistemas culturais sem uma visão etnocêntrica ou preconceituosa (DA MATTA, 2000).

Sedimentos: Sedimentos são pedaços de solo ou de rochas deteriorados em pequenas partes, ou até em pó ou poeira (PENA, 2005).

Seixos: fragmento mineral ou de rocha, pedregulhos arredondados ou semi-arredondados (ESTEVES, 2013) (http://arqueologiaeprehistoria.com/2014/01/10/os-seixos-da-discordia-materia-da-revista-piaui/)

Soterrados: dizer que algo ou alguém está soterrado, quer dizer que está coberto de terra ou aterrado (MICHAELLIS, 2012).

Talhar: esculpir, cortar, moldar, gravar. O ato de transformar uma matéria prima (madeira, pedra, por exemplo), em um objeto (MICHAELLIS, 2012).

Tecitura: conjunto de fios que se une numa urdidura que forma o tecido. Arranjo, estrutura (MICHAELLIS, 1998).

Termoluminescência: método utilizado para se determinar a idade de objetos com mais de 50 mil anos ou cuja idade não tenha relação com compostos orgânicos, como vasos de cerâmica (BELISÁRIO, 2003).

Vestígios: representam evidências da existência de um grupo ou animal (VEGA, 2003).

Xenofobia: medo ou aversão profunda a estrangeiros que se manifesta por meio de atos de discriminação e violência (CABECINHAS, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE LIMA, T. *Patrimônio Arqueológico: Ideologia e Poder.* In: Revista de Arqueologia Brasileira, v. 5, p. 19-28, Rio de Janeiro, 1988.

ARSUAGA, Juan Luis. *O colar do Neandertal:* em busca dos primeiros pensadores. São Paulo: Globo, 2005.

ATAÍDES, J. M. et al. *Cuidando do Patrimônio Cultural*. 2 ed. Goiânia: Ed. UCG, 1997.

BASTOS, R.; TEIXEIRA A. *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. 9ª SR/IPHAN, São Paulo, 2005.

BEZERRA DE MENESES U. *Identidade Cultural e Arqueologia*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, p. 33-36. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

BEZERRA, M. A. *O Australopiteco corcunda*: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2002.

BEZERRA, M. A. *O público e o patrimônio arqueológico*: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. In: Revista Habitus. V. 1, n. 2. Goiânia: Ed. UCG, jul/dez, 2003.

BENEDICT, Ruth. Padrões de Cultura, Editora Livros do Brasil São Paulo 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*? São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, C. R. *Antropologia social*. In: MARCELINO, N.C. (Org.) Introdução às ciências sociais. 3. ed. Campinas: Papirus. 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cultura, Educação e Interação*: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] *O difícil espelho*: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 07.out. 2014.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988.

BRASIL. Decreto no. 3551, 2000. In: O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2000.

BRUHNS, Katianne. Museu Histórico de Santa Catarina: Discurso, Patrimônio e Poder (1970-1990). 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CABECINHAS, Rosa. *Racismo e xenofobia*: a actualidade de uma velha questão. Comunicación e Cidadanía, 2008.

CERTEAU, Michael. *A Cultura no Plural*. Editora Papirus, 1 ed. 1974.

CURATE, F. *Pressentindo o silêncio*: A perda de massa óssea relacionada com o envelhecimento na Coleção de Esqueletos Identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. 2005 Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

CALDARELLI, S. B. *Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura*: a opção pela preservação. Revista do Patrimônio, 33: 153-174. IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número especial sobre Arqueologia e Preservação 2007.

CAROLINO, Julia; CORREIA, Teresa Pinto. *Paisagem material, paisagem simbólica e identidade no concelho de Castelo de Vide*. Análise Social. vol. XLVI (198), 2011, 89-113.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural*: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001.

Dawson, Dawn P. (editor chefe). *Enciclopedia of Genetics*. Pasadena, California: Salem Press Inc, 2004.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando*: uma introdução à antropologia social. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FELICIO, Carmelita Brito de Freitas. *História e Antropologia no Vale do Rio Manso* – MT (Orgs). Laís Aparecida Machado e Leila Miguel Fraga. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

ETCHEVARNE, Carlos. *Escrito na pedra*: Cor, forma e movimento nos registros rupestres da Bahia. Prêmio Clarival do Prado Valladares - 2007. Fundação Odebrecht. Rio de Janeiro: Versail, 2007.

FAGUNDES, Marcelo e PIUZANA, Danielle. *Estudo teórico sobre o uso do conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas*, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. vol. 8, n. 1, (enero-junio), 2010, pp. 205-220. Site: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 25/012/2015

FIGUEIREDO, Franciele Bandeiras. *Paisagem Cultural - Bem Material*: conceitualização e relações com o turismo. V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul, 2008.

FLORÊNCIO, S. CLEROT, P.BEZERRA, J. RAMASSOTE, R. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogeri/CREDUC, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *"O Patrimônio em Processo"*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 35-50.

FRATINI, Renata. *Educação patrimonial em arquivos*, Artigo publicado na edição nº 34 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/ acessado Novembro de 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GAMBLE, Clive. *Archaeology,* the basics. London, 2001.

GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Regina Abreu, Mario Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRUBB, P.. In: Wilson, D.E.; Reeder, D.M. (eds.). Mammal Species of the world Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005. Seção Order Artiodactyla. p. 652-671.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, M; GREENBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IPHAN. *Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural*. Coordenação da Paisagem Cultural. Brasília, maio de 2011.

ICOMOS. Declaração do México. Conferência mundial sobre as políticas culturais, 1985.

IPHAN. Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais. Ministério da Educação e Cultura, 1976.

KROHN, Ellen Cristina Ribeiro. (Org.) *Educação Patrimonial*: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Educação patrimonial*: uma análise conceitual. In: II Encontro Cidades Novas – A construção de Políticas Patrimoniais, Londrina, 2008.

LAGO, Antônio & PÁDUA, José Augusto. *O que é Ecologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEITÃO; DIAS. Bens Culturais e Direitos Humanos, Org. Inês Virgínia Prado Soares e Sandra Cureau, Edições Sesc São Paulo, 2014.

LÈVI-STRAUSS C. "*Raça e História*", in: Os Pensadores, vol. 1, São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1952].

LIMA, Tânia A. *O problema da atribuição de identidades étnicas a registros arqueológicos*. In: LAPONTE, D.; ACOSTA, A. Arqueología Tupiguraní. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoameriano, 2011, p. 7-21.

MEDEIROS, Mércia Carréra de, SURYA, Leandro Surya. *A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MEDEIROS, Mércia Corréra; SURYA, Leandro. *A importância da Patrimonial para a preservação do Patrimônio*. ANPUH-XXV. Simpósio Nacional de História Fortaleza, 2009.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. "A crise da Memória, História e Documentos: reflexões para um tempo de transformações". In: SILVA, Zélia Lopes da (org.)

Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas.São Paulo: Editora UNESP: FAPESP,1999 (Seminários & Debates)

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A. P. P. *Educação Patrimonial: Memórias e Saberes Coletivos*. Revista de Arqueologia - Sociedade de Arqueologia Brasileira. v. 17, p. 75-84, 2004.

MORAES, Allana Pessanha. *Educação Patrimonial*: Uma proposta curricular. Campos dos Goytacazes, RJ, 2005. Monografia (Bacharelado em Ciência da Educação) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília; Unesco, 2002.

MOURA, Ana Maria Gracia; SANTOS, Cristiane Batista. *Educação patrimonial*: uma possibilidade para refletir, informar, educar e preservar. FACOM, UFBA, 2010. Disponível no site: http://www.cult.ufba.br/wordpress/24800.pdf

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luis Beethoven. *O povo de Luzia*: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

NETO, Manoel Aires da. Migrantes Nordestinos no Vale do Rio Branco. Textos & Debates, Boa Vista, 2012 n.18, p. 73-92.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n.1, 2006.

OSSAMI, Marlene. Moura. *Índios de Goiás*: uma perspectiva histórico cultural. (Org.) OSSAMI. M. M. Goiânia: Kelps, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PALHARES, Marjory Cristiane. *História em Quadrinhos*: Uma Ferramenta Pedagógica para o Ensino de História. Disponível em:http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf. Acessado em 11 maio 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, Loredana. *Significados da Similaridade e do Contraste entre os Estilos Rupestres* - um estudo regional das gravuras e pinturas do alto-médio são francisco. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *A história científica do século XIX*. In: ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. A história da história. Goiânia: Editora UCG, 2005.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. *Etnografias*: saberes e práticas. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade. 2008.

ROCHA, Everaldo. *O que é Etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RUBERTONE, Patricia E. *Historical Landscapes*: Archaeology of place and space. In: Man the Northeast, nº 27. 1984, p. 123-138.

SANTOS, Milton. *Por outra globalização* – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação. Ambiente & Sociedade, Campinas v. XII, n. 1 p. 83-98 jan.-jun. 2009.

SCOZ, Beatriz. *Psicopedagogia e realidade escolar*: o problema escolar e de aprendizagem. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAMAZO, Isabela. *Relíquias e Patrimônio que o Rio Vermelho Levou...* Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Org. Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão Cornélia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007.

TYLOR, Edward,B. La Civilisation primitive, Paris,Reinwald 1871 1 ed.

VAZ, Ludimília, de. Melo. *A arte rupestre como sistema de significação*. In: Revista do Museu Antropológico. v. 8, n. 1. Goiânia: Museu Antropológico da UFG, CEGRAF/UFG, 2005, p. 15-24.

VIANA, Sibeli A.; VAZ, Ludimília de Melo: CASTRO, Ernesto C. de. BARBOSA. *Maria do Socorro S. Goiás na rota (invertida) do tempo*: ocupações em sítios arqueológicos lito-cerâmicos. In: MOURA, M. VIANA, S. A. (orgs.) A transversalidade do conhecimento científico. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013, p. 97-154.

WÜST, Irmhild. *Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etnoistóricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central*: o caso Bororo. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. n. 2. São Paulo: MAE/USP, 1992. p. 13-26.

WEISSHEIMER, Maria Regina. (org.) *Paisagem Cultural*. Brasília: IPHAN, 2009.

ZUKIN, Sharon. *Paisagem do Século XXI*: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus 2000b (p.104-115).

Os textos conferem com os originais
e são de responsabilidade do autor



FUNDAÇÃO AROEIRA